

---

---

MESA DA ASSEMBLÉIA

---

---

1- ATAS

1.1- 186ª Reunião Ordinária Deliberativa

1.2- 1ª Parte da 80ª Reunião Ordinária de Debates da Assembléia Legislativa, em 2 de Setembro de 1996, Destinada à Abertura do Seminário Legislativo "Reforma Agrária em Minas Gerais"

1.3- 33ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa, em 3 de Setembro de 1996, Destinada ao Prosseguimento do Seminário Legislativo Reforma Agrária em Minas Gerais, com os Painéis 1 e 2

1.4- 34ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa, em 3 de setembro de 1996, Destinada ao Prosseguimento do Seminário Legislativo Reforma Agrária em Minas Gerais, com o Painel 3

1.5- 35ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa, em 4 de Setembro de 1996, Destinada ao Prosseguimento do Seminário Legislativo Reforma Agrária em Minas Gerais, com os Painéis 4 e 5

1.6- 36ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa, em 5 de Setembro de 1996, Destinada ao Encerramento do Seminário Legislativo Reforma Agrária em Minas Gerais, com a Plenária Final

1.7- 37ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

2- CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

3- TRANSCRIÇÃO

4- MATÉRIA ADMINISTRATIVA

---

---

-----  
**ATAS**

**ATA DA 186ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 12 DE SETEMBRO DE 1996**

Presidência da Deputada Maria José Haueisen

**SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): Ata - Apresentação de Proposições:** Projetos de Lei nºs 957 e 958/96 - **Comunicações:** Comunicações das Comissões de Defesa do Consumidor e de Saúde e Ação Social - **2ª PARTE (ORDEM DO DIA): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações Apresentadas - ENCERRAMENTO.**

**COMPARECIMENTO**

- Comparecem os Deputados:

Rêmolo Aloise - Maria José Haueisen - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Anivaldo Coelho - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Dílzon Melo - Elmo Braz - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Irani Barbosa - João Batista de Oliveira - João Leite - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Maria Olívia - Miguel Barbosa - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Wilson Trópia.

**ABERTURA**

**A Sra. Presidente (Deputada Maria José Haueisen)** - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)**

**Ata**

- O **Deputado José Braga**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### **Apresentação de Proposições**

**A Sra. Presidente** - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### **PROJETO DE LEI Nº 957/96**

Dá a denominação de Rodovia Coronel Azarias José Lemos à rodovia que liga os Municípios de Passos e Fortaleza de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Rodovia Coronel Azarias José Lemos a rodovia que liga os Municípios de Passos e Fortaleza de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de setembro de 1996.

Francisco Ramalho

Justificação: O Cel. Azarias José Lemos nasceu na fazenda Novo Mundo, no Município de Passos, em 2/6/1872, filho do casal José Maximiano Lemos e Francisca Cândida de Assis. Em 1907, casou-se com D. Maximina Rosa de Lima, conhecida na região pelo carinhoso apelido de D. Ximica, com quem teve três filhos: Domiciano José Lemos, Francisca Lemos e Maria José Lemos.

Fazendeiro bem-sucedido e homem de grande prestígio político e liderança social, foi agraciado pelo Presidente Epitácio Pessoa com o título de Coronel da Guarda Nacional.

Como político, liderou o PRM, a Aliança Liberal e a UDN. Foi eleito Vereador à Câmara Municipal, exercendo mandato de 1919 a 1922, período em que foi inaugurado o ramal Passos da Cia. Mogiana de Estrada de Ferro, com sua ativa participação. Apesar de ter apenas instrução primária, sempre foi ferrenho defensor da educação pública, tendo-se empenhado pela instalação da Escola Normal e do Ginásio de Passos.

Como investidor em grande escala e capitalista de vultosos recursos, muito ajudou, por meio de contribuições gratuitas, o desenvolvimento agropecuário da região, visando sempre ao bem-estar social. Na administração do Prefeito Lourenço Andrade, financiou a Prefeitura para a construção das auto-estradas Passos-São José da Barra, rumo a Belo Horizonte, e Passos-Ponte do Surubi, rumo a Delfinópolis e ao Triângulo mineiro.

De rígidos princípios cristãos, encarava com seriedade as questões religiosas e apoiava incondicionalmente os movimentos da Igreja. Era homem rude, porém perspicaz, dotado de inteligência ágil, de boa formação moral, defensor da harmonia na família e na sociedade, de alto espírito de justiça, e sempre condenava a violência e a arbitrariedade. Severo, considerava ponto de honra a palavra dada, os compromissos assumidos, as obrigações sociais, os deveres familiares, a deferência aos amigos leais e a parentes, enfim, era comunicativo, festeiro e alegre. Simples no viver, aberto ao diálogo, amigo do progresso e, sobretudo, modesto, evitava sempre que sua pessoa e seu nome aparecessem.

Faleceu em 13/1/54, e, até hoje, não há em sua cidade natal a menor referência ao honroso nome do Cel. Azarias José Lemos, quer seja em edifícios, escolas, órgãos públicos, ou mesmo em algum humilde logradouro público. Não deixa de ser uma injustiça essa ausência de homenagem póstuma a tão significativa personagem passense.

Diante do exposto, embora singela, a homenagem que ora se pleiteia nada mais é que o reconhecimento ao Cel. Azarias José Lemos por sua marcante presença na sua efêmera passagem pela vida terrena.

Será exemplo para todos a lembrança do Cel. Azarias José Lemos, com o seu saudoso nome dado à rodovia, razão por que se espera a aprovação por unanimidade deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Administração Pública, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 958/96**

Declara de utilidade pública a Creche Vovó Catarina de Freitas, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Creche Vovó Catarina de Freitas, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 10 de setembro de 1996.

Ronaldo Vasconcellos

Justificação: Em funcionamento há mais de dois anos, a entidade em apreço tem diretoria composta de pessoas idôneas, que não recebem remuneração pelos cargos que

ocupam, e pleiteia a declaração de sua utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

### COMUNICAÇÕES

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Defesa do Consumidor e de Saúde e Ação Social.

### 2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

#### 1ª Fase

#### Abertura de Inscrições

**A Sra. Presidente** - Não havendo oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

#### Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, a Sra. Presidente dá ciência ao Plenário do teor das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão de Defesa do Consumidor - aprovação, em sua 37ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.601, 1.602, 1.617 e 1.623/96, da Comissão de Defesa do Consumidor; e pela Comissão de Saúde e Ação Social - aprovação, em sua 49ª Reunião Ordinária, dos Projetos de Lei nºs 845/96, do Deputado Álvaro Antônio; 831/96, do Deputado Aílton Vilela; 783/96, do Deputado Ajalmar Silva; 844/96, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 826, 827 e 843/96, do Deputado Bonifácio Mourão; 421/95, do Deputado Durval Ângelo, e 463/95, do Deputado Leonídio Bouças (Ciente. Publique-se.).

### ENCERRAMENTO

**A Sra. Presidente** - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de debates de amanhã, dia 13, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

### ATA DA 1ª PARTE DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 2 DE SETEMBRO DE 1996, DESTINADA À ABERTURA DO SEMINÁRIO LEGISLATIVO "REFORMA AGRÁRIA EM MINAS GERAIS"

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

**SUMÁRIO:** Nomeação de Comissão - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras dos Srs. João Batista dos Mares Guia, Antônio Ernesto de Salvo, Avelino Ganzer, Pe. Virgílio Leite Uchoa, Ênio Bohnenberger - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Nomeação de Comissão

**O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila)** - Esta Presidência designa os Deputados José Maria Barros e Rêmoló Aloise para, em comissão, conduzirem ao recinto deste Plenário o Exmo. Sr. João Batista dos Mares Guia, Assessor Especial do Governador Eduardo Azeredo para Reforma Agrária e seu representante nesta solenidade, e demais autoridades e convidados que se encontram no salão nobre.

Composição da Mesa

**O Sr. Presidente** - Esta Presidência convida para tomar assento à mesa o Exmo. Sr. João Batista dos Mares Guia, Assessor Especial do Governador Eduardo Azeredo para Reforma Agrária e seu representante nesta solenidade; os debatedores, Srs. Antônio Ernesto de Salvo, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura - CNA-; Avelino Ganzer, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG-; Padre Virgílio Leite Uchoa, Secretário Administrativo da CNBB, representando Dom Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo de Mariana; Ênio Bohnenberger, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST-, Coordenação Nacional.

Destinação da Reunião

**O Sr. Presidente** - Destina-se esta parte da reunião à abertura do Seminário Legislativo "Reforma Agrária em Minas Gerais".

Palavras do Sr. Presidente

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais sente-se hoje especialmente ajustada a seu papel perante a sociedade, ao promover, juntamente com o Poder Executivo do Estado, este seminário sobre reforma agrária.

Tal sensação decorre, em primeiro lugar, do fato de a instituição estar cumprindo sua função de abrir espaço à manifestação dos diversos segmentos sociais sobre um dos assuntos mais polêmicos no País nos últimos tempos.

Expositores, coordenadores, patrocinadores do evento e componentes do auditório representam tanto as entidades vinculadas aos trabalhadores rurais quanto as que aglutinam os proprietários e empresários da atividade agropecuária, além dos órgãos públicos, da Igreja e da comunidade acadêmica.

Temos, a propósito, a satisfação de receber neste encontro, representantes de outras unidades da Federação, fato que demonstra o grande interesse despertado pela iniciativa e que certamente contribuirá para o enriquecimento dos debates.

Gostariamos também de lembrar que este seminário tem como objetivo colher subsídios

e oferecer propostas para ações legislativas e executivas relacionadas com o tema em discussão, visando principalmente à elaboração do Plano Estadual de Reforma Agrária, previsto na Constituição mineira.

Não poderíamos ainda deixar de salientar a cooperação existente entre os Poderes Legislativo e Executivo do Estado, inspiradora deste evento, idealizado a partir da determinação do Governo Federal de transferir para as administrações estaduais a condução dos processos locais de reforma agrária.

Meus senhores, minhas senhoras, estamos diante de um dos problemas mais graves e urgentes do Brasil de hoje. Um desafio que impõe a participação, o bom-senso e o esforço de cada um de nós para evitar que as divergências e os conflitos em torno da questão fundiária assumam proporções ainda mais dramáticas do que as que se vêm registrando.

O doloroso episódio de Eldorado de Carajás, no dia 17 de abril deste ano, constitui uma tragédia que dificilmente será apagada de nossas mentes e consciências. Aquelas 19 mortes de trabalhadores rurais no Pará, além de dezenas de feridos, não podem ser analisadas apenas como consequência de excessos de um contingente policial diante das circunstâncias que se apresentaram.

Elas poderiam ter ocorrido em muitas outras regiões do País. E representam o desfecho de um processo complexo, que tem raízes na formação econômica brasileira e se manifesta de forma mais acentuada nos dias atuais em decorrência do contexto político e social em que estamos vivendo.

Parece-nos oportuno destacar algumas circunstâncias em que o problema agrário brasileiro se insere.

Os compêndios escolares ensinam: somos o quinto País do mundo em extensão territorial, tendo à disposição uma das maiores áreas agricultáveis do planeta. Entretanto, não conseguimos extrair o devido proveito dessa condição privilegiada, em termos de uma produção agrícola correspondente e, sobretudo, da oferta de alimentos básicos a todas as camadas da população.

Assistimos, paralelamente, a um fenômeno sintomático da geografia humana e econômica do País nas últimas cinco décadas. No início dos anos 40, cerca de 70% dos brasileiros viviam no campo, enquanto os 30% restantes ocupavam os centros urbanos. Hoje, os dados oficiais mostram uma proporção totalmente inversa: nas cidades, já se aglomeram 3/4 da população, restando apenas a quarta parte no meio rural.

Se, por um lado, boa porção desse contingente se beneficiou com as oportunidades de emprego, serviços públicos e outros itens componentes da qualidade de vida no ambiente urbano, sabemos que outra porção, também substancial, nunca teve acesso a tais benefícios, engrossando os estratos sociais marginalizados.

Um claro indicativo dessa situação é, por exemplo, o dado estatístico de que os moradores das favelas, destino de grande parte das famílias que migram do campo, representam aproximadamente 1/5 da população de Belo Horizonte, hoje com mais de 2 milhões de habitantes.

O inchaço dos grandes centros, todos sabemos, acarreta problemas que afetam de maneira cada vez mais preocupante a qualidade de vida, tais como a violência, a saturação do trânsito, o desemprego, a incapacidade de atendimento na área da saúde, entre tantos outros.

Conter o fluxo migratório campo-cidade e, conseqüentemente, seus efeitos perversos tornou-se uma necessidade tão clara no Brasil que se transformou em proposta de consenso nos meios políticos, econômicos e acadêmicos, especialmente em documentos cuja tônica seja o planejamento.

Da mesma forma, não há quem conteste, em tais círculos, que é preciso aumentar a produtividade, a diversificação e a eficiência da atividade agrícola no País como um todo, com vistas a elevar seu rendimento médio.

Também não há como negar a má distribuição de oportunidades e recursos no meio rural, assim como acontece nos demais segmentos da economia brasileira, condição que nos coloca numa incômoda posição no mapa das desigualdades, de acordo com relatórios elaborados por instituições internacionais.

Todos esses fatos e circunstâncias conduzem à preocupação que nos une hoje neste encontro: a de que, sem uma profunda discussão da reforma agrária, assim como de uma política agrícola que estimule o conjunto dos produtores e trabalhadores do meio rural, torna-se extremamente difícil promover o desenvolvimento global e harmônico do Brasil.

A questão fundiária, reafirmamos, é complexa, por envolver a interação de aspectos econômicos, sociais e ideológicos, que se acentuaram no decorrer da história deste País.

Passa por interesses e pontos de vista diversos, gerando propostas e fórmulas igualmente não convergentes.

Estaremos analisando, a partir de hoje, os múltiplos aspectos referentes à reforma agrária no Estado de Minas Gerais, aspectos esses que, em muitos casos, se confundem com aqueles que dizem respeito à realidade nacional.

Independentemente da circunscrição geográfica, o mais importante é que exponhamos nossas convicções e, ao mesmo tempo, estejamos abertos para dialogar e ouvir opiniões diferentes das nossas, como convém numa sociedade que se rege por princípios democráticos.

Só assim caminharemos com segurança em busca de soluções para os conflitos relacionados à propriedade, à ocupação e ao uso da terra, passo indispensável no conjunto das mudanças para um País mais justo, internamente, e mais viável no incerto contexto da economia internacional.

A Presidência esclarece que, em razão de reunião urgente convocada pelo Presidente da República, o Exm<sup>o</sup>. Sr. Ministro Raul Belens Jungmann não pôde comparecer à abertura deste seminário.

Palavras do Sr. João Batista dos Mares Guia

Prezado Deputado Wanderley Ávila, 1<sup>o</sup>-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, ora representando o Presidente Deputado Agostinho Patrús; Revmo. Padre Virgílio Uchoa, representando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Dr. Ernesto de Salvo, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura; Sr. Avelino Ganzer, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; prezado Sr. Ênio Bohnenberger, da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; prezados Deputados João Leite, do PSDB, Almir Cardoso, do PT, Paulo Piau, do PFL, Marcos Helênio, do PT - faço questão de distinguir esses quatro Deputados, porque eles têm sido parceiros solidários na promoção desses trabalhos conjuntos que vêm envolvendo o Governo, o Poder Executivo e o Poder Legislativo, superando divergências partidárias ou políticas, unidos no propósito comum e sincero de abrir em Minas o debate sobre a questão agrária e o compromisso, também, de, juntamente com os movimentos e as entidades representativas do Estado buscarem soluções-; demais Deputados Estaduais presentes; Deputados Federais; estimado Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, aqui representado pela Sra. Maria Antônia e outros dirigentes da FETAEMG; prezado Presidente da FAEMG, Dr. Jungmann; dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais; prezado Superintendente Regional do INCRA, Dr. Belchior; Sr. Superintendente Regional do INCRA na Bahia, senhores oficiais da PMMG; Sr. Secretário de Estado de Meio Ambiente, que muito nos honra com a sua presença solidária; senhores dirigentes da RURALMINAS, da EMATER, da EPAMIG, da Fundação João Pinheiro, da SEPLAN; Sr. Secretário Adjunto de Estado de Agricultura, aqui representando o Secretário Alysson Paulinelli; senhores e senhoras aqui presentes. O UNICEF usa uma expressão poética muito feliz quando se refere a algum evento, a algum movimento que traga esperança de mudança. A expressão é a seguinte: Experiência portadora de futuro.

Este seminário promovido pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e pelo Governo do Estado, por intermédio de sua Assessoria Especial para a Reforma Agrária - tendo como colaboradores e protagonistas todas as instituições e personalidades aqui citados, sem nenhuma exceção -, é uma experiência portadora de futuro por várias razões.

A primeira razão é a de que, pelo menos no Estado de Minas Gerais - e creio não haver registro, em outros Estados na história recente deste País, de que se tenha observado tratamento diferente - a questão agrária foi sempre eludida. Até 1964, por exemplo, época de rigorosas polarizações ideológicas e políticas, a questão agrária em Minas Gerais foi um tema que dividia os que eram a favor, por razões generosas, e os que eram contra, julgando também serem as suas razões generosas.

O fato que fica é que a polarização ideológica e política, que permeou toda a Nação, não contribuiu nem para fazer avançar a reforma agrária e muito menos para a institucionalização da democracia em nosso País.

Seguiu-se àquele momento de polarização o movimento político militar de 1964. Como sociólogo, embora tenha se tratado de um golpe contra a democracia, não o chamaria de golpe do ponto de vista da descrição do fenômeno, porque teve um amplíssimo apoio nos segmentos da classe média urbana.

Naquele momento, por ironia da história, o primeiro Presidente militar, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, viria a ser o protagonista principal de um novo documento relativo à questão fundiária neste País, o chamado Estatuto da Terra.

Lendo o capítulo 2, bem como o capítulo 3, observamos a distinção teórica e metodológica entre a questão agrária e política agrícola. E, no capítulo da questão agrária, as promessas eram até mais generosas do que as aspirações dos movimentos populares pré-1964. Pode-se dizer que, em radicalidade, o documento do Estatuto da Terra alcançava maiores extensões do que as próprias reivindicações dos movimentos populares em luta pela reforma agrária, até o início de 1964.

Não obstante essa intenção manifesta em um documento, é sabido que, mesmo tendo os militares das forças armadas um pendor histórico favorável ao processo de reforma agrária - desde Napoleão e por razões conservadoras, pragmáticas e positivistas de promover a integração territorial, bem como a integração social nesse território -, o fato que fica é que os militares fazem, no plano político, uma aliança preferencial

com a então surgida ARENA. E as exigências das lideranças civis da ARENA em todos os Estados, que não chamaria de federados, porque a Federação foi anulada naquele período, foi no sentido de que não se tocasse a questão fundiária, não se tocasse a questão agrária.

Embora os militares tivessem tido, ao longo de mais de duas décadas, oportunidades estratégicas e o domínio de recursos para promover a reforma agrária, não o fizeram e promoveram, em situação de fronteira e sob o argumento de segurança nacional, experiências de colonização. Como sabemos, conceitualmente, colonização não é reforma agrária, porque a colonização contempla os que já estão preparados para investir, operar tecnologias, ter acesso a créditos e inovar com espírito empresarial, porque já tiveram oportunidades ou porque têm meios culturais e educacionais, e acesso a informações que, em geral, os protagonistas da reforma agrária, os trabalhadores do campo mais simples, muitos deles analfabetos ou semi-analfabetos, jamais puderam desfrutar.

Passa-se o período autoritário, e temos o ensaio geral de redemocratização no País. Seguem-se os Governos Sarney, Collor, Itamar e, agora, Fernando Henrique. Pode-se dizer que, ao longo desses Governos, pelo menos no que diz respeito ao desempenho registrado até o último semestre deste ano, a reforma agrária passa a ser conduzida sob uma mesma ótica.

Não é prudente analisar sinceridade de quem quer que seja, porque é algo insondável, mas, do ponto de vista de uma descrição objetiva, é possível dizer que a questão agrária, desde o enfoque do Governo Federal, vem sendo proposta neste País como um ímpeto de arrecadação de terras.

Como se fosse importante arrecadar terras, contar a quantidade de terras arrecadadas aos milhões de hectares, exibindo-se através da mídia numa perspectiva espetacular, e mostrar qual Governo arrecadou mais ou arrecadará mais em função das projeções ou, ao lado desses números relativos a quantidades de terras, também o número de famílias presumivelmente assentadas, destafada às centenas de milhares. O resultado líquido que se observa, quando se quer observar sem fazer prejulgamento ou sem se colocar a vontade pessoal à frente e acima da avaliação objetiva e criteriosa, é que, de um modo geral, se se avançou razoavelmente na arrecadação de terras, a rigor, do ponto de vista da ação estatal e institucional, eu creio, num diagnóstico pessimista, que não se avançou em matéria de reforma agrária ou de política fundiária. Se política fundiária tem a ver com redistribuição fundiária - e é inevitável que se discuta a questão da redistribuição fundiária -, uma política agrária sensata tem que ter a ver, mais do que com eficiência, com a eficácia ou a efetividade das iniciativas de redistribuição fundiária, isto é, tem que transformar a terra arrecadada e disponibilizada para reforma agrária em empreendimentos coletivos ou individuais conforme a escolha dos trabalhadores. Esses empreendimentos devem permitir ao homem do campo o acesso à educação, à cultura e à saúde, às infra-estruturas físicas, à disponibilidade de acesso e uso de tecnologias avançadas, para se tornarem competitivos. Também deve haver crédito para que, ao longo de um certo tempo de carência, essas experiências de assentamento, sendo bem-sucedidas, possam caminhar com as próprias pernas. Lamentavelmente, não é esse o cenário que temos observado quando se trata de experiência de reforma agrária protagonizada pelo Estado ou com a participação decisiva do Estado. Aqui mesmo, em Minas Gerais, a despeito das generosas intenções do INCRA ou de agências estatais estaduais, como é o caso da RURALMINAS, registramos 34 experiências de assentamentos de 1974 a 1994. Desses 34, conforme um relatório que acabo de receber do Secretário Alysson Paulinelli, 8 poderiam ser considerados razoavelmente bem-sucedidos, e 26 devem ser considerados completamente fracassados. Há, entre esses assentamentos, aqueles onde os trabalhadores originários já não são os mesmos; em muitos, os trabalhadores dependem, sobretudo hoje, da cesta básica. Não é prudente, à luz de uma perspectiva racional, imputar a esses trabalhadores a responsabilidade do fracasso, porque um assentamento que se limita à alocação do fator terra, sem que haja preocupações com educação, treinamento técnico, disseminação de tecnologia, acesso a crédito e apoio em infra-estruturas, só pode fracassar. Aí, quem sabe, é melhor não fazer, porque fazer para condenar ao fracasso é duplamente irresponsável. É irresponsável e desumano para com os trabalhadores. E é irresponsável quando a questão agrária volta a se inscrever neste País pelo mérito das lutas dos trabalhadores. Não reconhecer isso é preconceito equivocado contra uma questão nacional, e, do ponto de vista político, ético e social, urge buscar ações concretas com o objetivo de contribuir para a superação da questão agrária em nosso País.

O Governo de Minas Gerais se associa a essa iniciativa, sendo, com muito gosto, um dos agentes coordenadores. Mas, sobretudo, associa-se a todos os protagonistas, sendo um deles. Amanhã, num dos painéis, faremos uma exposição sobre a proposta de política fundiária para Minas Gerais, a qual aprendemos no convívio com todos, pois não tínhamos um desenho pronto e acabado da realidade.

Vemos este seminário como uma experiência portadora de esperança. A primeira e

fundamental razão é que, em Minas Gerais, sem pretender cometer nenhuma injustiça com qualquer outro Governo, pelo menos até onde vai a nossa observação, é a primeira vez que o Poder Executivo e o Poder Legislativo se associam para organizar uma iniciativa do gênero. E é a primeira vez que um Governo assume política e institucionalmente, de modo transparente, de modo público, a co-responsabilidade pelo processo da reforma agrária no Estado, ao contrário do que se observa em alguns outros Governos neste País - alguns outros porque há os que estão tomando iniciativas relevantes. Parece-nos uma atitude politicamente indefensável e próxima da insensatez agir como Pôncio Pilatos, como se o problema fundiário não fosse responsabilidade de um Governo Estadual, e este apenas olhasse em direção a Brasília como se fosse responsabilidade exclusiva de Brasília. Brasília tem as responsabilidades maiores, pelo menos neste momento, até que se faça uma transição descentralizadora; deverá reconhecer e assumir essas responsabilidades - é a nossa melhor esperança -, mas, enquanto o faz de maneira parcial, ou mesmo se não o faz, nós não estaremos nos furtando a assumir modestamente, no limite das nossas possibilidades, co-responsabilidades políticas no sentido da implementação da reforma agrária no Estado. Portanto, este seminário vai servir como testemunho desse compromisso político do Governo do Dr. Eduardo Azeredo, no sentido de buscar parcerias, criar consensos e, de um modo pautado pela escolha racional, que eu tenho até a ousadia de chamar de pós-ideológico e suprapartidário, termos, portanto, a ousadia de realizar a reforma agrária no Estado como fator para se debelar a violência no campo, como fator produtor de equidade social, como fator de busca de difusão e consolidação de valores democráticos. Não importa se do ponto de vista econômico a reforma agrária tende a ser muito bem-sucedida, ou razoavelmente bem-sucedida, ainda que se diga que não agrega valor e acrescenta pouco em termos de Produto Interno Bruto. Importa, fundamentalmente, que ela contribui, do ponto de vista moral e ético, para romper com o caudal de violência no campo; importa que ela é integradora e organizadora da sociedade civil; importa que ela é disseminadora da cidadania entre excluídos, sem-terras, analfabetos ou semi-analfabetos; importa que a sociedade evolui e, com ela, o Governo, quando tem espírito democrático para assumir co-responsabilidades. Nesse sentido, tenho a ousadia de dizer que este seminário adquire dimensões históricas.

Do nosso ponto de vista, outra razão fundamental que torna este seminário de alta relevância - eu diria exemplar, pois não há registro de algo do gênero em qualquer outro Estado federado neste País, pelo menos no período mais recente - é que o nosso compromisso originário, muito mais do que nos reunirmos para debater com total transparência, onde o contraditório se expresse livre e respeitadamente - o que já é valioso em si -, é o de recolher todas e quaisquer contribuições vindas daqueles que temos a ousadia de chamar de parceiros, não importando que as contribuições ou recomendações que serão discutidas e aprovadas na plenária final do dia 5 sejam mais ou menos consensuais. Nosso desejo e nosso compromisso é o de recolher todas essas recomendações, analisá-las, devolvendo por escrito, de modo público, o resultado dessas análises, como na segunda etapa da reflexão, e, a partir disso, irmos, em conjunto com os movimentos sociais, com as forças da sociedade civil, trabalhadores, empresários, a Igreja, os movimentos sociais de um modo geral, avançando com vistas à perspectiva de podermos, no horizonte do próximo ano, tal como proporemos aqui, amanhã, durante a nossa exposição, criar, à semelhança do Conselho do Meio Ambiente, o Conselho Estadual da Reforma Agrária, com uma Secretaria Executiva e uma Presidência, e o Fundo Estadual da Reforma Agrária, que então receberia os recursos do novo ITR, o Imposto Territorial Rural. Passaremos a defender que este, ao invés de dissipado numa municipalização populista, infeliz, desagregadora e eliminadora do efeito de sinergia e ao invés de ficar sob o controle do Governo Federal, para continuar arrecadando pouco, e mesmo que arrecade um pouco mais não ter critérios objetivos em sua distribuição, que nós então possamos, com a ajuda de todos os parceiros, arrecadar o ITR com base num cadastro atualizado transformado em contribuição social, à semelhança do salário-educação, para que não fique administrado pelo Tesouro do Estado e tenha destinação cativa ou carimbada, e que, com toda a transparência, esse Conselho Estadual da Reforma Agrária, paritário e sob a Presidência "ad hoc" de representante do Governador, decida estratégias, objetivos, prioridades, alocação de recursos, as metas e o acompanhamento ou monitoramento. Parece-nos ser essa uma proposta interessante, porque tornaria a regulamentação da política fundiária do Estado uma política pública, porém, não necessariamente estatal ou governamental. Conselho do qual fariam parte representantes do Estado e, no caso, os representantes mais qualificados do contexto agrário da sociedade civil. No caso de Minas Gerais, a FAEMG, a FETAEMG, o MST, o MLT, a CPT, enfim, todas as representações significativas, a Assembléia Legislativa, entre outras que eventualmente não tenha aqui citado.

A ótica que preside as nossas ações é a da escolha racional; a ótica que orienta as nossas ações é a da busca incessante do diálogo. Se é apenas possível, nós pretendemos torná-lo algo necessário; se é apenas necessário, pretendemos torná-lo

algo utópico; se é utópico, vamos perseguir essa utopia. Diálogo, construção de consensos e, ao lado disso, realizações concretas no sentido da reforma agrária.

Se formos definir a nossa perspectiva pelo não, que nunca é uma boa definição, eu diria que o nosso propósito com a reforma agrária é definitivamente não-populista, porque não pode haver nada mais desumanizador, mais descaracterizador que o populismo dos diagnósticos irresponsáveis e das promessas inconseqüentes. É muito melhor que façamos menos, mas façamos bem. Posso declarar que é um compromisso nosso, com modéstia, com parcimônia, com senso de realidade e respeito ético aos parceiros, que talvez seja mais desejável fazermos de modo gradual, mas fazermos assentamentos, e não, simulações de assentamentos.

Hoje, se a questão agrária está travada na agenda nacional e, hoje, mobiliza todas as forças políticas, as forças sociais e as instituições, quero aqui reconhecer o mérito dos trabalhadores, seja da CONTAG, do MST, seja das suas representações nacionais.

Tenho pouca convivência com a direção da CNA, mas sei do equilíbrio do Dr. Ernesto de Salvo. Tenho menos convivência ainda com as Federações da Agricultura, dos empresários agrícolas, de outros Estados, a não ser com a Sociedade Brasileira Rural. Aqui em Minas Gerais, posso dizer que também consideramos parceira a Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais. Não temos nenhuma pretensão, nenhuma ótica no sentido de promover exclusões ou dizer quais são os melhores parceiros. Os melhores parceiros são todos. Todos são bem-vindos, porque sem o nosso trabalho unificado não lograríamos alcançar os nossos objetivos. Portanto, é com esse espírito que aqui, representando o Governador Eduardo Azeredo, desejo, uma vez mais, cumprimentar a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nas figuras dos Deputados citados, o Deputado Wanderley Ávila e o Deputado Agostinho Patrús, que, como Presidente da Assembléia, não teve dúvidas em assumir a promoção deste seminário.

Seria uma enorme injustiça não registrar aqui a competência extraordinária da equipe técnica desta Casa, sob a coordenação da Dra. Míriam, à qual desejo pessoalmente agradecer, e a toda a sua equipe, pelo empenho, pela competência e dedicação com que tornaram possível a realização deste seminário.

Quero agradecer a todos os convidados que nos honram com sua presença em Minas Gerais e a todos os participantes. Que saibamos fazer deste evento aquilo que o UNICEF classifica, poeticamente, como sendo uma experiência portadora de futuro. Que assim seja, e, a todos, muito obrigado.

Palavras do Sr. Antônio Ernesto de Salvo

Sr. Presidente, Deputado Wanderley Ávila, senhores da Mesa, parlamentares, senhoras e senhores, a tradição mineira fez do nosso Estado símbolo de temperança, de harmonia e sabedoria, e que a busca de caminhos inspire as pessoas que irão aqui discutir tema tão importante.

Gostaria de iniciar dizendo que a nossa filosofia se prende basicamente a dois conceitos fundamentais. Primeiro, tem que haver respeito à lei e a todas as coisas que se fazem neste País. Obedecer à lei não é mérito, é obrigação de todos. Em segundo lugar, é importante informar, esclarecer e colocar números, mostrando as realidades. A paixão não costuma ser companheira da razão, quando se trata de temas dessa grandeza. Eu não seria capaz de conversar com os senhores e de fazer alguma coisa que pudesse ser considerada como positiva se desencaixasse a questão da reforma agrária de quatro verdades irretorquíveis. A primeira é que não há um modelo de reforma agrária nacional. Não é possível que passe pela cabeça de alguém que se possa resolver um problema de Santa Catarina da mesma forma como se resolve um problema do Pará. Qualquer solução que for geral estará errada, da mesma forma como nós, mineiros, sabemos que não há como conceituar a estrutura fundiária e os problemas do Sul de Minas com os problemas da região Norte do Estado. Tem que haver soluções diferentes. Em segundo lugar, não adianta fazer-se assentamento de quem quer que seja se os 2 milhões de pequenos proprietários que já existem no Brasil, que têm terra e sabem geri-la, não são capazes de sustentar-se. Há um trabalho recente da FAO, publicado há menos de uma semana, que informa que a renda média dessas famílias se situa na faixa de meio salário mínimo por ano. Não se pode, sob pena de se procurar o caminho fácil e demagógico de separar a reforma agrária de uma política de geração de emprego, alguém imaginar que se possa assentar no Brasil 4, 5 ou 6 milhões de pessoas. Para os senhores terem idéia, segundo alguns dados, o Brasil tem perto de 5.100.000 proprietários rurais. Os Estados Unidos da América, com a mesma área agricultável, têm 1.900.000; a Argentina, numa grande área de terra, tem 400 mil, e o Canadá tem 300 mil. Somados, os Estados Unidos, o Canadá e a Argentina representam menos da metade do número de produtores rurais que já existem no Brasil, hoje. Se não fizermos esses números e não os mencionarmos, com alguma correção, com algum sentido prático, cairemos na frustração, e o que mais se casa com a reforma agrária consolidada do tempo em que ela foi feita até hoje é a palavra "frustração": frustração dos que têm terra, dos que não têm terra, frustração de todos, menos dos demagogos, que falam coisas fáceis e se esquecem das verdades dos que já têm terra e



dos absurdos da política agrícola. Só na parte do algodão, já foram desempregadas 600 mil pessoas nos últimos dois anos no País, por falta de uma tributação que defendesse o algodão nacional das importações subsidiadas dos EUA.

Prometi não ser apaixonado e sou o primeiro que quebra o próprio juramento. Quero propor sair da paixão. O discurso é bom e bonito, mas meu tempo é curto e vou apenas fazer proposta. Assim, espero colaborar, de uma maneira concreta, com o tema em tese. Primeiro, que se crie um programa de renda mínima para o pequeno produtor brasileiro, da mesma forma que se fala em criar um programa de renda mínima para o trabalhador urbano. O homem rural não tem vale-refeição, não tem vale-transporte, nem paga conta de luz mais barata quando o consumo é pequeno, porque não tem luz. É preciso que aqueles que são pequenos proprietários e não têm em sua atividade possibilidade de ter uma vida decente sejam reconvertidos através de programas de extensão rural, de forma compatível e pertinente com a sua cidadania. Que se trate da formação profissional dos que já têm terra e dos que vierem a ter. Não é possível trabalhar com enxada, foice e facão no limiar do terceiro milênio. O mundo é competitivo e integrado. Os que não estiveram no banco da escola, seja ela formal ou informal, têm pouco futuro, nos tempos que se avizinham. Se os mais velhos podem conviver com isso, pela miséria e pela dificuldade com que já conviveram, seus filhos não podem mais. Não podemos permitir que novas gerações se formem com esse estado de educação que temos, principalmente no campo brasileiro. É preciso que haja uma política agrícola geradora de empregos. Se não fizermos isso, vamos carregar água no balaio, vamos assentar 280, 300, 500, um milhão e vamos desassentar um milhão e meio, dois e três.

É preciso que haja crédito agrícola para investimento, que é gerador de emprego, e não, crédito apenas para custeio, que serve há 20 anos para manter, cevados, determinados tipos de fazendeiros, sempre com as mesmas práticas para tomar o mesmo dinheiro, todos os anos, subsidiados ou não, enquanto o parque brasileiro de máquinas, de implementos, já se encontra com mais de 15 anos de uso em idade média.

É preciso que tratemos das questões tributárias e tarifárias. O Brasil abriu sua economia de uma forma ignorante, cruel, completamente desprovida do senso prático. Não se entra assim no Primeiro Mundo, que se diz tão competitivo nos produtos industriais e que protege deslavada e descaradamente os seus agricultores. Temos que zelar, também, pela nossa agricultura e impedir as práticas desleais de comércio, que, no fim, refletem muito mais no pequeno produtor.

Temos de fazer ações de assentamento concreto. E nada mais cruel, no Brasil, do que a defasagem entre o que tem de recurso e o que tem de meta. É a mentira nacional da reforma agrária. Não há vontade política e não há dinheiro. E se fala em R\$100.000,00, R\$200.000,00 e R\$300.000,00. Como não se consegue isso, porque não há o recurso, a frustração é generalizada, e quem costuma pagar o pato somos nós, produtores rurais, que somos tidos na história como parte dos bandidos, se não como totalmente bandidos.

Vamos tentar outras coisas. Vamos terceirizar. Conheço projetos, que são propostos ao INCRA, que entregam o lote pronto. E não tem nada de fazendeiro no meio. São grandes empreiteiras. Entregam o lote pronto para andar mais depressa e tirar um pouco da frustração que existe. Vamos criar crédito fundiário para pagar com 25 anos, quem sabe, 10 de carência, juros negativos. Por que não, se se gasta tanto dinheiro no Brasil com tanta coisa suspeita? Vamos melhorar o cadastramento rural. Os senhores sabem o que é um cadastro de propriedade rural no Brasil. Não é fiscalizado, a mentira impera, pior do que a mentira, a ignorância impera. O proprietário rural entrega ao contador da esquina, que responde mal e errado. Não temos estatísticas, no Brasil, nessa área. Vamos reformular o ITR. Vamos fazê-lo como nasceu para ser feito, para desapropriar os grandes e que não trabalham, para privilegiar os que trabalham, os menores.

A Receita está fazendo uma boa cobrança do ITR, mas, até hoje, ninguém teve receita por esse tributo - nem quem cobra, nem quem paga. Vamos adquirir terras. Por que não? A lei permite. Metade do Brasil está à venda. O Estado do Mato Grosso está todo à venda. E vamos honrar um pouco mais a ITBA, que vale 20% do seu valor de face.

Vamos cadastrar os que querem terra. Sabem quantos sem-terras há no Brasil? Aproximadamente 145 milhões. Só 5 milhões têm terra. Se for para assentar esse povo todo, não dá. Vamos ver quem tem vocação, quem quer dar duro e trabalhar a vida inteira.

Os acampamentos de beirada de estrada têm que ser imediatamente resolvidos. O Governo que aloque recursos, que instale essas pessoas. Se alguém não gosta dos sem-terras - e pode ser que tem alguém aqui que goste muito e outros que gostem muito pouco -, eu duvido que haja alguém que não goste dos filhos dos sem-terras. Duvido que haja alguém que não respeite as crianças que estão passando fome e frio nesses acampamentos. Em homenagem a eles e independentemente da vontade política e das ideologias, vamos acabar com essa chaga. Será que o poder público, que saneia os Bancos, não pode assentar 30 mil, 40 mil ou 50 mil pessoas imediatamente?

Se possível - e fico satisfeito com o que o Dr. Mares Guia informou aqui -, é

preciso que o Estado e o município se engajem nisso. Conheço inúmeros Governadores que não querem entrar na questão da reforma agrária. Achrom que isso é desgastante e não vai levar a lugar nenhum. Assim também são os Prefeitos. Mas as coisas acontecem nos municípios e no Estado. Será possível deixar tudo nas costas do INCRA? O INCRA é outro bandido. O INCRA e os fazendeiros acabam sendo os vilões.

Ao terminar, gostaria de reiterar o que disse a respeito da lei. Não pode haver senhor de baração e cutelo; não pode haver ninguém que julgue os outros, que passe por cima do poder público constituído e promova atos em qualquer direção que seja. Isso não conduz a nada. Prejudica os que estão esperando com paciência e aqueles que, eventualmente, serão injustiçados. Não é bom. Gera violência.

Vamos fazer vistorias corretas, e não, como as que são feitas hoje em muitos lugares; vamos fazer laudos corretos das fazendas vistoriadas; vamos fazer processos corretos, para que não levem, depois, para o terceiro bandido, que é a Justiça, a responsabilidade de que a coisa não anda porque o Juiz pega o processo incorreto, e sua obrigação é fazê-lo voltar.

Por fim, vamos dissuadir as invasões. O art. 5º, inciso XI, da Constituição diz que o lar, a casa é asilo do indivíduo, inviolável. Nele só se pode penetrar para prestar socorro, para solver ou evitar crime iminente ou com ordem do Juiz, durante o dia.

Sou fazendeiro, agrônomo; vivi na minha fazenda e lá criei meus filhos. Lá é minha terra, é meu lar. Desapropriem-me, mas não me invadam. Obrigado.

Palavras do Sr. Avelino Ganzer

Boa noite. Em nome do Presidente Wanderley Ávila, quero cumprimentar a todos os que compõem a Mesa e também parabenizar a Assembléia Legislativa e o Governo do Estado por iniciativas como esta. Parece que este não é o primeiro seminário que acontece neste Estado. Já houve outros, não dessa envergadura, talvez com a realidade ou a conjuntura nacional diferente. Ao mesmo tempo, quero cumprimentar a todos, em especial, os companheiros da Federação. Em nome de Maria Antônia Alia, queria cumprimentar todos os companheiros trabalhadores rurais presentes e também o companheiro Tião, que é um mineiro que está na Executiva Nacional da CONTAG, na Secretaria de Formação.

Bem, esse é um debate que, às vezes, mexe muito com a cabeça das pessoas, com a forma de ver a realidade. Cada um de nós tem um mundo diferente. Eu, apesar de ser dessa cor, sou trabalhador rural imigrante. Imigrei para o Norte, para a Transamazônica. Sei o que foi e o que é a colonização lá, que é diferente, João Batista. Para lá foram levadas pessoas que viviam numa comunidade com imigrantes de 22 Estados. Talvez, menos gente do Sul e muito mais gente de Minas e do Nordeste.

Pessoas muito pobres foram levadas pelo INCRA, pelo Governo, em paus-de-arara; tiradas daqui e levadas em paus-de-arara para o Amazonas, enquanto se mostrava que elas iam de avião. E até hoje, por lá, muita gente conseguiu sobreviver ao processo: colocam gente lá, a 200km da cidade mais próxima, e depois dão um chute. Essa é que é a verdade, ficam abandonados naquela situação. Estamos gritando pela sobrevivência da Transamazônica. É por isso que precisamos discutir o problema agrário. Acredito que nós, da CONTAG, das federações e dos sindicatos devemos nos conscientizar do seguinte: é preciso discutir um modelo de desenvolvimento, um projeto de desenvolvimento para o País. Ora, esse modelo que aí está foi basicamente implantado com a derrota do modelo das ligas camponesas. Os militares tomaram o poder, dizendo que iam fazer o desenvolvimento a partir da grande propriedade. E colocaram como incentivo dinheiro, que não foi pouco: incentivos fiscais a rodo, e que deu nisso, nesse modelo que hoje está falido.

É preciso que se repense esse processo. A democratização da terra é uma necessidade. Hoje temos, talvez, 500 mil propriedades no País que detêm mais de 55% da terra. Só 500 mil propriedades. Por outro lado, temos próximo de 6 milhões de propriedades de agricultura familiar, e somente uma parcela pequena teve acesso a algum crédito, à tecnologia, a assistência técnica efetiva. Assistência técnica que hoje está falida, sustentada pelo Governo do Estado. A própria EMBRAPA, como estávamos discutindo, foi criada com esta mentalidade: transformar a chamada agricultura patronal em empresa rural. Muitos conseguiram. Mas, negar que o País tem mais de 160.000.000ha de terras agricultáveis e que estão completamente ociosas ... estão aí os dados do próprio INCRA.

É preciso que se faça, de fato, essa mudança. Concordo com a sociedade urbana, que compreende que para viver melhor na cidade, combater a marginalidade e o desemprego é preciso que haja um processo de democratização da terra. Por outro lado, junto com isso, é preciso compreender também que, quando se fala em agricultura, pensa-se que existe só uma agricultura. Não. Existem no mínimo duas ou três: existe um segmento, vamos dizer assim, de latifundiários de terra improdutivo e um outro setor que se modernizou na agricultura brasileira, a agricultura patronal. Mas temos a faixa de agricultura familiar, sobre a qual é preciso debater, aqui no seminário e no País inteiro, para compreendermos que esse é um segmento extremamente importante e estratégico, que produz basicamente para abastecer o mercado interno brasileiro. Esse

setor só perde para a agricultura patronal na produção de carne bovina, de cana-de-açúcar, de soja e de arroz. Os demais produtos que abastecem o mercado brasileiro saem dessa agricultura familiar. Isso é o que temos de discutir. Há vários consensos importantes. Nesse setor, a pesquisa da FAO mostra que 27% dos produtores se consolidaram, adquiriram técnica, estão inseridos no mercado, estão produzindo, estão se industrializando, agregando valores com as agroindústrias.

Outros setores, 23% dessa agricultura, em torno de 6 milhões de agricultores familiares, estão produzindo, inseridos também no mercado, mas estão no processo de exclusão. Nesse processo de internacionalização da economia e da abertura de mercado, participamos do MERCOSUL e da articulação da agricultura familiar. Esses setores não têm competitividade, estão precisando de assistência técnica, formação e algo que dê embasamento para um salto. Por isso, o Estado tem que investir estrategicamente.

E temos um outro setor, 50%, que está no processo de exclusão da agricultura familiar. Ele tem a terra. É preciso que haja investimentos estratégicos nesse setor. Temos aí 2 milhões de pessoas.

Quanto ao problema da produção agrícola sustentada, temos que sair da constatação e ir para a ação. A sociedade precisa assumir efetivamente o seu papel.

Para encerrar, quero dizer o seguinte: No "Grito da Terra", movimento que fizemos no mês de maio, colocamos, na frente do Ministério da Justiça, 418 cruzes. Até aquele momento, haviam sido assassinadas 418 pessoas, líderes sindicais, trabalhadores rurais, advogados, padres. A impunidade é geral. Todos os dirigentes da Confederação Nacional da Agricultura - CNA -, Deputados, Senadores e Juizes devem colocar os pés no chão, tentando compreender a lógica da sobrevivência do nosso povo. O povo, na ânsia da sobrevivência, já fez experiências em décadas anteriores. Agora é a hora do movimento de retorno. Olhem o que está acontecendo com os assalariados rurais.

Dos 5 milhões de trabalhadores rurais no País, nem 15% têm carteira assinada, com direitos trabalhistas. Agora, no Nordeste, temos a campanha salarial. O ano passado tínhamos 1.200.000 trabalhadores no corte da cana, este ano esse número não chega a 450 mil. Onde é que estão os direitos trabalhistas, a carteira assinada com dignidade, para poder-se chegar em casa depois de um mês de trabalho e ter dinheiro para comprar arroz, feijão, roupa para a família? Isso é impossível, pois os salários são aviltantes. Temos de compreender a lógica desse povo que vai para a ocupação sabendo que está cortando a cerca e passando por cima da lei. De que lado está a lei? Como ela é interpretada? É por isso que o problema da legitimidade da sobrevivência, da luta pela dignidade e pela cidadania se misturam com o processo de ocupação.

Hoje, temos 123 ocupações, sem contar com os companheiros do MST, que lutam historicamente pela sobrevivência. No Pará, mais especificamente em Eldorado dos Carajás, na semana passada, tivemos mais três companheiros assassinados. É uma loucura.

Por outro lado, o orçamento do INCRA do Estado do Pará o ano passado era de R\$60.000.000,00; hoje, é de R\$5.000.000,00. Até agora, o INCRA não descontingenciou, não tem dinheiro, apesar de o Ministro Raul Jungmann ser uma pessoa em quem acreditamos, que tem agido com transparência, além de ser um grande negociador. Mas, depois da saída do Serra, o Kandir não está liberando nenhum tostão. Aí é que o problema se agrava. Como poderemos resolvê-lo? Ou a sociedade levanta a opinião pública, para continuar dando esse calor, ou teremos um retrocesso. E retrocesso não é útil para ninguém. Precisamos avançar no processo de democratização do País. Acredito que este seminário vai ajudar nesse processo. Muito obrigado.

Palavras do Padre Virgílio Leite Uchoa

Em primeiro lugar, gostaria de saudar a todos vocês, homens e mulheres, aqui presentes, que trazem um pouco das lutas em todos os campos; à Presidência desta Casa, pelo convite; ao Assessor Especial do Governador do Estado e aos demais companheiros debatedores. Vou abordar o tema da Política Nacional de Reforma Agrária, que, como foi colocado aqui, é claro sob o ponto de vista da Igreja. Ao falar em nome da Igreja Católica, gostaria de lembrar que as Igrejas Cristãs, Evangélicas, também estão associadas a essa grande preocupação do País, inclusive, realizaram na semana passada um seminário em Brasília sobre esse assunto. Então, em sintonia com eles, gostaria de falar sobre as reflexões que preocupam a Igreja com relação a esse tema tão importante e significativo para a vida do País. (- Lê:)

"Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural." Quem tem olhos para ver, veja! E ouça quem tem ouvidos para ouvir."

Esse clamor audacioso é um grito de alerta, em face da dura realidade. Ele introduz-nos no tema de hoje. Curiosamente foi dito em terras mineiras, há 46 anos, pelo então bispo de Campanha, Dom Inocêncio Engelke. Sua Carta Pastoral ecoa, ainda hoje, como sinal profético. A carta, redigida em 10/9/50, por ocasião do término da Primeira Semana Ruralista em sua diocese, aparece como um marco de referência das preocupações e do compromisso da Igreja com a questão rural no Brasil.

Muitas e diversificadas têm sido as manifestações de lá para cá.

As circunstâncias mudaram, mas ainda hoje as questões, ali abordadas, continuam

desafiadoras.

A preocupação da Igreja Católica a respeito do uso e da posse da terra tem raízes numa longa tradição de presença da Igreja no social. Sempre fez parte da sua mensagem de vida, de solidariedade e de paz, o sincero desejo de ajudar a instaurar uma sociedade mais justa e fraterna.

A Igreja acompanha, "desde muito tempo os passos e impasses das decisões ou indecisões políticas para concretizar uma reforma agrária justa no nosso País." Assim reza, numa das suas principais passagens, o documento da Presidência da CNBB, entregue ao Presidente da República em 25/10/95.

No pensamento da Igreja, de longa tradição, é clara a sua posição em favor da função social da propriedade. João Paulo II inúmeras vezes afirmou insistentemente que "Sobre a propriedade privada pesa uma hipoteca social." E ainda, em outra ocasião: "A reforma agrária no Brasil não pode fracassar porque é questão de paz, justiça social e garantia da democracia."

Em virtude da corresponsabilidade pela construção de uma sociedade mais justa e fraterna, onde decisões tão importantes não podem levar ao fracasso reformas inadiáveis no campo rural, particularmente alguns pontos são fundamentais para a Igreja.

Passo a recordá-los, em consonância com o referido documento que foi entregue ao Presidente da República em 25/10/95.

1 - É urgente o combate à violência no campo.

Segundo informações da Comissão Pastoral da Terra, ela é uma espiral em ascensão. A impunidade, ainda, de casos exemplares como Corumbiara e Eldorado do Carajás, reforça e aumenta os conflitos.

Preocupa-nos o processo de militarização da questão agrária, quer pela postura política de não negociar sob pressão, quer pelas liminares de despejo ou sentenças de condenação de lideranças. Se a causa é justa, a dos sem-terras, e a Igreja pensa que sim, é sob esse ângulo que deve ser tratada.

É prioritário fazer justiça para com os excluídos e não apenas reforçar o direito dos incluídos. É claro que, exacerbando o confronto, a parte mais fraca, mesmo reagindo, o que não é o ideal, sofrerá as piores conseqüências. E pior, ainda, fecha-se o círculo vicioso da violência.

O caminho não é apenas uma mudança de tática. Necessita-se de uma nova estratégia política de compromisso.

Cabe ao Estado demonstrar, propor e comprometer-se efetivamente com uma ação política em favor dos excluídos e em consonância com o que lhes é justo. E isso requer uma nova ordem jurídica e social que mude o quadro do confronto. Sem isso não haverá efetiva reforma agrária.

Uma tal postura, básica em qualquer negociação, jamais poderia começar por exigir dos mais fracos e excluídos que abdicuem da única e fundamental postura que ainda lhes resta para fazer valer o que lhes é justo socialmente: pressionar e resistir. Enquanto lhes for facultada esta posição, estará também garantido o mínimo de racionalidade nas negociações. Desarmá-los deste direito é quase dar-lhes o direito de reagir, também com violência. O que será lamentável, irracional e suicida.

2 - Promover efetivamente o assentamento dos trabalhadores rurais, preferencialmente em suas regiões de origem, priorizando solução para os acampados.

Trata-se, assim, de aumentar a geração de emprego no campo. É outra observação contida no referido documento. É um tema que ainda pode ser muito ampliado. Abrem-se nesta direção inúmeras possibilidades de iniciativas, particularmente em parceria com entidades civis.

Caso os recursos disponíveis sejam bem administrados, muito se pode fazer para garantir a efetiva política agrícola: crédito agrícola, extensão rural, capacitação. Enfim, tudo aquilo que garanta o mínimo de infra-estrutura social e econômica para produção agrícola. Assentar na terra, prioritariamente, os que já ocuparam algum espaço, requer também criar condições de produção como forma de lhes ampliar a justiça social.

É claro que esta mesma justiça requer garantia de autonomia e autogestão das iniciativas das condições oferecidas. O processo de assentamento e geração de empregos é, nesse sentido, essencialmente educativo. Visa superar toda e qualquer forma de dependência.

Contudo, a demora em efetivar a justa política agrária e o excesso de burocracia podem frustrar as expectativas humanas de quem já está em situação precária.

3 - Relacionar a Reforma Agrária com a Reforma Hídrica.

A questão faz sentido, particularmente nas regiões mais áridas do País. O mesmo vale para o Estado de Minas Gerais nas suas regiões mais secas. Um racional projeto de irrigação é complemento necessário para criar aquelas condições de eficiente política agrária, em situações específicas, particularmente onde ocorrem os problemas da seca.

No Nordeste brasileiro já existem iniciativas positivas, nesse sentido. O documento

refere-se particularmente ao Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte, sancionado em janeiro de 1992. O plano foi associado a uma campanha intitulada "Como conviver com a seca." A Igreja, naquele Estado, através de três dioceses, cede espaços, mobiliza a população para tornar o Plano conhecido. E, ainda, medeia os debates onde as situações são mais angustiantes.

4 - Restaurar a agricultura familiar. Ela necessita de ser valorizada, modernizada naquilo que tem de próprio. É das mais antigas e tradicionais do País. Existem, ao lado dos sem-terra, milhões de estabelecimentos familiares em processo de pauperização. Sem uma política específica, podem deixar de existir. Não se pode pensar na produção de subsistência apenas em termos macroeconômicos. Uma política que combata a pauperização da família agrícola, certamente, será inovadora e colocará em destaque outro aspecto de realização da justiça social.

A sadia economia de mercado supõe recuperar um dos maiores patrimônios de que dispõe a Nação: entre os excluídos, estão as famílias agrícolas pauperizadas. Estas, certamente, não passam pelo crivo de estatísticas de planejadores e economistas.

É impossível definirem-se políticas agrícolas justas se elas se restringirem, exclusivamente, a saber e quantificar quanto se gasta ou não, quanto se lucra ou não. O valor e a importância do empobrecido exige que se leve em conta a sua qualidade de vida e subsistência, o que não tem preço. A economia sadia e socialmente justa requer posições éticas definidas em função do valor da vida humana.

5 - O País é imenso e diversificado. A União, os Estados e os municípios não podem, sozinhos, arcar com essa imensa responsabilidade.

É o caso de se perguntar: e o papel da sociedade organizada? Urge reconhecer o papel legítimo dos movimentos sociais organizados. "Para o sucesso da reforma agrária, é fundamental a instituição e o fortalecimento de mecanismos efetivos de controle e gestão sociais", afirma o mencionado documento. Urge fortalecer a mobilização da sociedade civil organizada, e não, enfraquecê-la diante de tamanho desafio.

Concluindo: o desafio está, a cada momento, diante de nós. Aquele clamor inicial do Bispo Dom Inocêncio Engelke, feito ouvir em terras mineiras, continua atual e dramático: "Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural". "Quem tem olhos para ver, veja! E ouça quem tem ouvidos para ouvir".

É de esperar que ações eficazes e corajosas não nos peguem de surpresa e procurem antecipar-se aos fatos e à realidade, cada vez mais desafiadora.

Palavras do Sr. Ênio Bohnenberger

Em primeiro lugar, quero saudar as pessoas presentes; o seminário é importante, por tratar de um tema polêmico e que ninguém nunca teve coragem de enfrentar, que é a política nacional da reforma agrária. É importante porque nos possibilita enxergar, sob diversos ângulos, a realidade brasileira. Com certeza, quem olha o mundo do 25° ou do 50° andar vai enxergá-lo diferentemente de quem está debaixo de um barraco, vivendo de uma agricultura sofrida, trabalhando como escravo. Então, vou expor como o Movimento dos Sem-Terra enxerga a realidade do campo. Em segundo lugar, exporei nossas propostas de reforma agrária para o campo brasileiro.

O primeiro problema é como o Movimento dos Sem-Terra enxerga a realidade do campo; em segundo lugar, as propostas que temos de reforma agrária para o campo brasileiro. Primeiro, o problema agrário existe; no entanto, somente para uma classe: a dos trabalhadores, ou seja, os pequenos e médios proprietários, os sem-terra, os assalariados, os que estão no Nordeste, morrendo de sede e de fome. Para esse pessoal existe problema agrário. Para fazendeiros nunca houve problema agrário. O Avelino, aliás, colocava que a produção familiar é que fornece os alimentos do País e pega apenas 20% dos créditos em nível nacional, enquanto que as grandes propriedades pegam 80% do crédito e não produzem o necessário.

Segundo dado: a concentração de terra no Brasil. Um por cento da população tem 46% da terra em suas mãos, e não tem só a terra, tem também máquinas, implementos, silos, armazéns e insumos. É uma concentração da terra e dos meios de produção.

Terceiro dado: a utilização da terra. Temos no Brasil, titulados, mais ou menos 400.000.000ha de terras como terras privadas. Desses 400 milhões, apenas 60.000.000ha são usados para lavouras, pois 340.000.000ha de terras privadas estão ou como reservas de valor ou sendo usadas para criar uma cabeça de gado a cada 5ha.

Esses 60.000.000ha de terras não produzem o suficiente para atender às necessidades da população. Temos 32 milhões de indigentes que não conseguem comer mais que uma vez por dia. Essa produção não atende às necessidades da população brasileira. Nós produzimos uma média de 70.000.000t de grãos nos três últimos anos. É muito pouco. A produtividade de alguns países da Europa é quatro vezes maior por hectare do que a nossa. Então, além de produzirmos apenas 60.000.000ha, a nossa produção é atrasada e com falta de rendimento e produtividade.

Quarto dado: as condições de trabalho. É uma verdadeira afronta à dignidade humana o trabalho no campo brasileiro. Temos em torno de 70% - segundo os dados pesquisados - dos assalariados no campo que não possuem sequer carteira assinada. Além das

empresas modernas, temos ainda no Brasil, aqui em Minas Gerais, o trabalho escravo. E 60% de assalariados que não conseguem trabalho durante todo o ano, ou seja, de cada 100 trabalhadores, apenas 40 conseguem trabalho durante todo o ano. Eles têm que ir para outros lugares se não quiserem morrer de fome. Esta estrutura fundiária, de 340.000.000ha de terra privada, não conseguiu nem dar emprego para o homem do campo. E isso em 500 anos de história.

Quando se fala em Política Nacional de Reforma Agrária, nós dizemos o seguinte: ela não existe, a não ser que algum iluminado nesse seminário consiga juntar e ter uma política estadual, ou, então, o Presidente resolva dizer: olhem, temos esta política de reforma agrária. Por quê? Porque o órgão responsável pela política agrária, o INCRA, está totalmente sucateado, sem funcionários, sem recursos e sem a vontade política da maioria dos superintendentes. Os que são esforçados não têm condições de trabalhar. Não existem recursos. Eles não foram liberados, e já estamos em setembro. Não dá para falar sério em política de reforma agrária desse jeito. Foram gastos até agora 10% do orçamento destinados à reforma agrária.

O Judiciário é contra. Neste ano, de maio para cá, o Governo Federal decretou que 134 áreas fossem destinadas à desapropriação e não se imitiu a posse de nenhuma. Portanto, quando o Presidente Fernando Henrique fala que está cumprindo o plano, está mentindo, porque decreto não é imissão de posse. Além dessa concentração da terra e dos meios de produção, dessa realidade do campo, o Governo Fernando Henrique conseguiu acabar com a agricultura que ainda havia. Essa é a política do Governo.

O que defendemos como reforma agrária? Aqui surgem as nossas divergências, talvez profundas, e as visões diferentes de fazer reforma agrária. Primeiro, não adianta querer falar em reforma agrária no Brasil sem modificar a estrutura da propriedade da terra. Se se quiser fazer reforma agrária, não há outro jeito. Quem tem terra, deverá ceder para quem não tem. Isso é reforma agrária. Se for diferente, não é reforma agrária. Reforma agrária é distribuir terras. Esse é o primeiro passo. Segundo, a propriedade da terra no Brasil, inclusive dos assentados em nossos lotes, tem que estar subordinada à justiça social, às necessidades básicas e aos objetivos da sociedade. Não pode uma fazenda ficar como reserva de valor. No Brasil, se precisarmos de produzir 500 milhões de carros, temos a tecnologia, temos a mão-de-obra, temos a matéria-prima, e produzimos os automóveis de que precisamos. Se precisarmos de roupas, produzimos, porque temos a tecnologia, temos a mão-de-obra e temos a matéria-prima. Podemos fazê-las. Quanto à terra, ninguém consegue fazer. Então, a terra não pode ficar concentrada, precisa estar subordinada à justiça social e à questão das necessidades da população. Terceiro, uma reforma agrária precisa estar vinculada, necessariamente, à produção alimentar segura de um país, por uma questão de soberania. Não há outro jeito de aumentar a produção, a não ser fazendo reforma agrária. Os fazendeiros, os latifundiários tiveram 500 anos de história e provaram que são incompetentes em produzir alimentos para a nação. Portanto, a reforma agrária é necessária. O colega fala que temos de ter paciência; quero dizer que a nossa terminou. Esperamos 500 anos e agora as coisas têm que ser rápidas. Temos que ter uma política ligada à produção familiar, porque não há condição de obrigar todo mundo a trabalhar em cooperativa. É necessário, ainda, incentivar a cooperação agrícola. No caso, deve haver créditos e o seguro agrícola. No Brasil, existe seguro para o carro, para a casa, mas seguro para a produção agrícola, que é de alto risco, não existe.

Quarto: criar a agroindústria e levar a industrialização para o interior do País, ou seja, criar agroindústrias nos assentamentos e também nas pequenas cidades do interior, descentralizando. Porque aí está a "chance" de a pessoa que está no pequeno município não sair e vir para a grande favela. Temos de ter um programa especial de desenvolvimento para o Nordeste, para o semi-árido. Temos de desconcentrar a água e a terra. Precisamos ainda de ter uma política especial de recuperação, no âmbito da educação. Enfim, erradicar o analfabetismo.

As tecnologias devem ser adequadas à realidade, com a preservação dos recursos naturais. Precisamos criar um novo modelo tecnológico. O modelo que está aí é predador e está acabando com as nossas florestas e com os rios. Há necessidade de um novo modelo de tecnologia de desenvolvimento. Por último, precisamos de criar um programa de desenvolvimento rural para melhorar as condições de vida no campo. Ou seja, educação, cultura e lazer, que é a "chance" de os trabalhadores continuarem no campo, não migrarem para as cidades.

No nosso entendimento, a reforma agrária não é somente desapropriação de terras, mas, sim, um conjunto de medidas. Entretanto, sem a desapropriação de terras e sem a distribuição da terra brasileira, não há política de reforma agrária. As nossas visões são diferenciadas, porque tem gente que quer fazer reforma agrária sem desconcentrar terra e sem desconcentrar a renda. Queremos fazer a reforma agrária com desconcentração da terra e com desconcentração de renda, também.

Vejam bem a violência que os trabalhadores cometem quando entram numa fazenda: pegam os arados, enxadas, foices e começam a arar a terra que nunca foi mexida.

Imaginem que brutal violência! Não podemos nos dar ao luxo de deixar trabalhadores morrendo de fome, com essa riqueza que temos no Brasil.

Reforma agrária na lei, sim. Só que há um problema. Os latifundiários, no Congresso, fizeram todas as manobras para que a reforma agrária não fosse possível de se fazer na lei. Então, é falso quem defende a reforma agrária na lei, porque mais de 160 parlamentares, no Senado, fazem o possível e o impossível para que não se dê um mínimo de avanço na questão da lei.

A pesquisa que a CNA fez é interessante. Acreditamos que seja séria a feita pela FAO, órgão da ONU, em 93.

Para encerrar, gostaria de colocar como vejo o papel das organizações sociais no processo da reforma agrária. Vamos sentar com o Governo, podemos até participar de fórum, mas temos uma tarefa prioritária: não queremos deixar nenhum sem-terra morrer sem conhecer seus direitos. Antes de morrer, ele vai ter que saber que tem direito a trabalho, moradia, educação, saúde e bem-estar social. Muito obrigado.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

**O Sr. Presidente** - A Presidência, neste momento, passa à fase da reunião destinada aos debates com o Plenário. Todos os participantes poderão formular perguntas aos debatedores. As questões poderão ser formuladas por escrito, mediante inscrição prévia.

#### Debates

**O Sr. Presidente** - Temos algumas perguntas. A primeira é formulada ao Sr. Antônio Ernesto, feita por Edvaldo Oliveira da Silva, de Campo Florido, do assentamento Nova Santo Inácio: "Se o senhor não acredita que no Brasil existem estatísticas, como acredita na pesquisa da FAO quanto à renda nos assentamentos?"

**O Sr. Antônio Ernesto de Salvo** - Estatística é censo, conta as coisas e vê as proporções. Pesquisa é aleatória, é pura amostragem. Acredito muito nas pesquisas, principalmente nessas da FAO. A última trata da propriedade familiar. A FAO inova, cria uma propriedade familiar de até 500 ha nas regiões Sul e Sudeste e de até 1.000ha no resto do Brasil, e permite 4 empregos durante os 12 meses do ano. Acredito nessa pesquisa e na da Vox Populi, que acabou de ser feita, sobre a situação dos assentados. Se alguém quiser exemplares dessa pesquisa, terei todo o prazer em fornecê-los, com o aval e a seriedade que a Vox usa nas pesquisas que faz.

**O Sr. Presidente** - Pergunta ao Prof. João Batista dos Mares Guia, da entidade da agregação geral do Conselho, feita por Avelino Pereira: "Sobre os 300.000ha de terra, em Jaíba. Eram do Estado e da União, que desviaram 200.000ha, retiraram todos os pequenos homens do campo e, hoje, os 100.000ha ociosos e as famílias que foram despejadas estão em estado de calamidade."

**O Secretário João Batista dos Mares Guia** - Em relação a Jaíba, acho que deve ser destacada a importância do Projeto Jaíba, que, desde a sua concepção até este momento, vem passando por uma evolução muito significativa, sobretudo no período mais recente. Pode-se dizer que, no período mais recentemente, o Projeto Jaíba começou a adquirir conotação de reforma agrária. É muito importante, para usar a expressão já posta, "ter olhos para ver, sensibilidade para observar sem prejulgamento." Se houve uma concepção equivocada na origem - e, sem dúvida alguma, houve -, já existe, até mesmo, um estudo técnico primoroso conduzido pelo Dr. Mário Vilela, mostrando os equívocos da concepção do Projeto Jaíba, mas mostrando, também, mesmo naquela época, seu aspecto inovador do ponto de vista tecnológico.

Os alertas feitos pelos especialistas e, sobretudo, pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento têm sido considerados, no período mais recente de revisão do Projeto Jaíba, exatamente para que ele leve em conta a situação do homem da região e se direcione para o assentamento, sobretudo, do pequeno produtor, mais preparado e capacitado para incorporar tecnologia.

O Projeto Jaíba não elimina o problema fundiário na região, mas é um dos caminhos possíveis para encontrar uma solução para essa questão. Aí precisamos distinguir o que é reivindicação propriamente dita, correta, sincera, comprovada empiricamente, de trabalhadores rurais que ali, na situação, estão muito mais ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sob a liderança da FETAEMG. Isso, do lado promissor, positivo. Tanto é que, recentemente, no fórum de Montes Claros, participaram 34 Presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais, dois representantes da FAEMG, afora outros representantes da sociedade civil. O próprio Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Jaíba apresentou uma reivindicação, que está sendo atendida pelo INCRA regional, que já está fazendo os estudos de vistoria em campo de três fazendas, duas delas comprovadamente improdutivas, para uma próxima e rápida arrecadação, tendo em vista assentamentos de trabalhadores sem terra que ainda estão em torno do perímetro irrigado da Jaíba.

Agora, outra coisa é o lado perverso. São formados movimentos que dizem representar trabalhadores rurais e que já vêm sendo censurados publicamente, não por nós, Governo, mas pelos próprios sindicatos de trabalhadores rurais da região e pela própria FETAEMG, por meio da sua direção na região Norte. É o caso de um suposto

Conselho de Trabalhadores Rurais da Jaíba, dirigido por uma "liderança" que se localiza em Janaúba e que vem anunciando, pela imprensa, a iminência de realizar uma ocupação do cinturão irrigado da Jaíba.

Ninguém melhor do que os próprios sindicatos de trabalhadores rurais - e invoco aqui o testemunho dos que lá estiveram presentes e da própria FETAEMG - pode testemunhar quanto à representatividade ou não desse conselho e de outros movimentos, e eles, de fato, não representam os trabalhadores rurais.

O Projeto Jaíba está sendo reorientado num sentido altamente construtivo. E, na mesma linha de reorientação do Projeto Jaíba, já estamos em vias de iniciar a implementação, já com financiamento internacional assegurado, com a contrapartida do Governo de Minas garantida, do que é o chamado Projeto de Irrigação Jequitinhonha-Pardo, em quatro pólos de irrigação, que terão caráter exemplar e disseminador: Machado Mineiro, Almenara, Araçuaí e Salinas.

Portanto, nesse momento posso responder: vale a pena conhecer, sem preconceito, a revisão pela qual vem passando o Projeto Jaíba, visitar a área e conversar com os assentados, sobretudo aqueles proprietários de glebas de até 5ha, mas com tecnologia de irrigação, para se verificar a viabilidade do empreendimento. A RURALMINAS vem ali desempenhando um trabalho extremamente competente, extremamente sério, e não pode, principalmente na gestão atual, e mesmo na gestão passada, do Governo anterior, ser responsabilizada por desmandos de eventuais dirigentes irresponsáveis, como ocorreu, infelizmente, no tempo de um certo Sr. Moacir Lopes, que denunciemos nesta Assembléia Legislativa numa CPI que, infelizmente, depois, na Justiça, não teve as conseqüências que se esperavam.

Uma coisa foi uma gestão irresponsável; outra coisa é o que vem-se fazendo nos últimos anos, por meio da RURALMINAS, com rigoroso critério, com discernimento e com espírito autocrítico: uma revisão da concepção original. O Projeto Jaíba merece ser conhecido, e hoje temos a ousadia de dizer que ele pode ser considerado, sim, na sua versão mais recente, um projeto que tudo tem a ver com a questão da reforma agrária.

Quanto à questão de se ter espoliado e retirado trabalhadores da terra, invoco o testemunho dos verdadeiros líderes dos trabalhadores rurais da região: Eles conhecem a situação e recentemente - repito e insisto - denunciaram à imprensa, no Norte de Minas Gerais, durante o nosso Fórum realizado na sede da Associação Microrregional da Região da SUDENE, a falsa representatividade desses outros movimentos, falando em ocupação do cinturão irrigado, não se sabe até o presente momento com que propósito, mas, seguramente, não é o propósito de reforma agrária.

**O Sr. Presidente** - Fundação Rural Mineira - RURALMINAS -, por meio do Sr. Murilo Curvelo de Matos, que pergunta ao Sr. João Batista dos Mares Guia: "Ao se falar em investimento, infra-estrutura, financiamentos e apoio educacional, na área da saúde necessitamos de recursos financeiros, hoje, aparentemente, escassos no Governo. Como resolver a questão dessas verbas a curto prazo?"

**O Sr. João Batista dos Mares Guia** - Vou ser muito breve. A curto prazo, os registros e as críticas já feitas esperam resposta do Governo Federal. O descontingenciamento da MP da Reforma Agrária e a liberação imediata de pelo menos uns R\$800.000.000,00, tal como anunciado pela imprensa. A metade, R\$400.000.000,00, para o PVA e a outra parte dividida entre indenizações de terra nua, indenizações de benfeitorias, estas em espécie, investimento e o crédito do PROCER. Esperamos que o Governo Federal seja coerente nesse sentido e libere imediatamente esses recursos. Entretanto, isso é completamente insuficiente para dar conta da demanda atual, instalada somente em termos de acampamentos, dentro ou fora de terras pretendidas. É aí que entra, também, o concurso dos Governos Estaduais, que devem assumir, responsavelmente, a sua cota-parte nesse processo. Conversamos, recentemente, com o Governador, com o Secretário do Planejamento, com o Coordenador dos projetos de financiamento internacional, e, no caso de Minas, já asseguramos, pela primeira vez, além do orçamento da RURALMINAS, a introdução no orçamento do Estado de Minas Gerais, para o próximo ano, de recursos para investimento em assentamentos, para arrecadação de terras. Isso é de competência da União, mas já alocaremos, do orçamento, recursos para investimento em assentamentos. São insuficientes, sem dúvida nenhuma, mas, ao mesmo tempo, não estamos inertes. É por isso que faço um apelo à liderança do MST, na pessoa do Ênio, com quem recentemente debati na Universidade Católica. Ouvi dele uma refutação dura, sincera contra essa idéia de estadualizar o ITR e transformá-lo em contribuição social. A crítica a essa proposta pode até ser procedente, mas até o presente momento não ouvi, do líder do MST, qual a alternativa. Uma liderança tão importante como a sua tem a obrigação de mostrar quais são as alternativas de financiamento, senão o Movimento começa a se descaracterizar e perder a seriedade. É preciso, ao criticar algo, dizer, concretamente, de onde virão os recursos para fazer a reforma agrária. Posso ter apresentado uma idéia equivocada, mas foi uma idéia concreta, e assumo, em nome do Governador, a responsabilidade política por sua implementação. Vamos precisar de parceria. Consultamos especialistas em política agrícola, inclusive o Dr. Paulinelli, que se entusiasmou com a idéia da estadualização, mas preveniu-me: nesse



momento, na Câmara Federal, está preponderando a idéia da municipalização. E eu entendo, embora não seja especialista na área, que a municipalização do ITR é populismo desvairado de quem não quer fazer reforma agrária. Se o Prefeito for populista, não vai fazer cadastro algum ou executar cadastro algum, vai isentar. Se for populista, numa linha, digamos, mais popularesca, vai querer tributar pesadamente do pequeno ao grande produtor, e inviabilizar qualquer investimento. Populismo por populismo, dá na mesma: são todos dois atrasados ou retrógrados. Temos o dever de nos manifestar a esse respeito, fazer uma aliança não política, mas uma aliança em proveito da reforma agrária, e começar a conversar com os Deputados Federais, pedir ajuda da CNA, da CONTAG, do MST, de outros governadores, e nos mobilizar, com vistas a criar uma alternativa concreta sem prejuízo das responsabilidades atuais e futuras do Governo Federal, com a arrecadação ou crédito para investimento, porque ele pode tomar emprestado no Banco Mundial, por exemplo, e nós agirmos nessa direção.

Um último registro: impressionou-me muito, Dr. Ernesto de Salvo e Ênio Bohnenberger, que os dois líderes se unam numa crítica - permitam-me -, a meu ver, insensata: "Ah, o Governo tem dinheiro para os bancos." É preciso cuidado com esse tipo de afirmativa. O dinheiro do PROER não é do Tesouro, é dos depositantes, recolhido pelo Banco Central através do compulsório bancário. O dinheiro que é pago não é pago a banqueiro. Não estou aqui fazendo a defesa porque sou do PSDB, já critiquei aqui, antes de qualquer outro, o próprio Governo Federal na questão da reforma agrária por suas indefinições, para dizer pouco. Se, depois de pagos os correntistas, caracterizada a falência bancária, os banqueiros não pagam, é problema da justiça, mas, infelizmente, o Banco Central entra a tempo e a hora com todos os processos, contendo denúncias, via Procuradoria-Geral da República, contra os banqueiros falidos, farsantes e fraudulentos. E, infelizmente, há uma protelação processual nos escaninhos da Justiça. Essa é uma outra questão. Não é prudente ouvir, dentro de tantas possibilidades de críticas imputadas ao Governo Federal, uma que está virando, inclusive, tema preferencial nessas eleições. É muita infelicidade falar disso, como se o PROER fosse uma doação do Tesouro Nacional, como se todos nós estivéssemos sendo espoliados pela irresponsabilidade governativa. Se o Governo Federal merece críticas, existem muitas possibilidades de fazê-las com prudência e baseadas em fatos, mas não em suposições que ganham fóruns ideológicos. É muito interessante que a CNA, de posição tradicionalmente mais centrista, e os sem-terra, com uma posição mais radicalizada em alguns momentos, se encontram aqui nesta Mesa das Minas Gerais.

**O Sr. Presidente** - A Presidência solicita aos debatedores que sejam mais sucintos nas suas respostas.

Entidade do Poder Judiciário, na pessoa de Welington Militão dos Santos, faz a seguinte pergunta ao Sr. Avelino Ganzer: "Depreende-se da conferência de V. Sa. que a reforma agrária poderia ser feita de fato, justificando as invasões de terra. Como ficaria a observância da lei dentro do estado de direito? Não seria mais razoável que se aguardasse a iniciativa do INCRA, para se promover de fato e de direito a reforma agrária?"

**O Sr. Avelino Ganzer** - Concordo. Se houvesse um Estado que planejasse, que conseguisse dar credibilidade a todas as partes, certamente, ninguém, em sã consciência, ou por uma briga ideológica, iria enfrentar essa situação. O sem-terra não vai porque gosta, ele vai porque tem uma necessidade. Ele vai porque lhe falta a credibilidade nas instituições. É muito importante somar esforços nesse processo de descentralização, desde que isso não signifique a fuga de compromisso do Governo Federal. Quando não se quer fazer, descentraliza-se para não fazer. A responsabilidade é jogada fora. Para que se busque a ordem geral, é preciso haver credibilidade, políticas claras. Nós, do movimento sindical, estamos dispostos a avaliar onde erramos. Temos que ter humildade para fazer isso. Apesar de o Raul Jungmann já apresentar uma certa proposta, a ação prática do dia-a-dia não nos oferece tranqüilidade. A defesa da legitimidade de uma ocupação, do ponto de vista dos expropriados, dos marginalizados, já foi compreendida pela sociedade, mas precisamos avançar ainda mais nisso.

**O Sr. Presidente** - Pergunta do Sr. Elcio Cruz de Almeida, dirigida ao Sr. João Batista dos Mares Guia: "As questões do agro têm sido decididas sob a ótica do Código Civil de 1916, enquanto a Lei nº 4.504, de 1974, do Estatuto da Terra, prevê e normatiza em grande parte melhor do que o Código Civil. Em razão desses conflitos de legislação, têm sido estendidos esses mesmos conflitos, gerando tensões sociais. Não seria o momento de criarmos tribunais agrários para cuidar especificamente do agro?"

**O Sr. João Batista dos Mares Guia** - Francamente, não me sinto em condições técnicas de responder a essa pergunta. É uma matéria nova. Desconheço esse estudo de legislação e muito menos essa tese de tribunais agrários. Apenas arriscaria como intuição, não como reflexão. Acredito que não precisamos complicar criando novas instituições. Os Estados não precisam criar secretarias de reforma agrária, nem é preciso criar um aparato estatal. Eu diria até que quanto menos, melhor. Agora, é

muito mais uma questão de construir consensos, definir uma pauta de ações preferenciais e fundamentais e começar a trabalhar concretamente nessa direção. Criar tribunais agrários seria muito mais complicado e muito mais prejudicial para fazer avançar. Mas como é uma idéia nova e eu não sou especialista nessa área e muito menos ainda em direito agrário, não tenho competência para responder a essa pergunta.

**O Sr. Presidente** - Pergunta do Sr. Rodrigo Noronha, da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, dirigida ao Sr. Ernesto de Salvo: "Temos preocupações quanto às sugestões de formação profissional e à própria terceirização (e por trás disso, a exploração do trabalho infantil). Mas, no sentido de valorizar o conhecimento do homem do campo, o homem da enxada, da foice, da tração animal, sabemos da dependência que o abandono dessas ferramentas podem trazer aos próprios. Peço-lhe, então, que faça uma reflexão sobre esse aspecto. Formaremos os filhos desses como formamos nossos difusores de tecnologia?"

**O Sr. Antônio Ernesto de Salvo** - É uma abstração, não é uma pergunta. E as abstrações estão no terreno do intelectual. Cada um tem as suas idéias. Só gostaria de aproveitar a chance da palavra para reclamar da divisão do tempo. Estou precisando de uma reforma de tempo agrário. A fala aqui está muito desigual. Com todo o meu respeito, Presidente, gostaria que isso fosse registrado.

Em segundo lugar, gostaria de lembrar ao Dr. Mares Guia que não coloquei má-fé no PROER, apenas citei uma utilização de recursos, que estão no Banco Central, de depositantes. São recursos, conseqüentemente, sob administração do poder público, que resolveu, correta ou incorretamente - não sou capaz de avaliar -, utilizá-los para socorrer os bancos. Não creio que por razão dos bancos, mas dos depositantes dos bancos. Só estranhamos que não haja também uma boa vontade para assentar os 40 mil acampados do Brasil. Acho que isso não custaria tão caro assim e acabaria com uma chaga social. Mas é uma decisão política. Tenho, também, muita tranqüilidade, por isso reflito e repito as palavras do Ministro Jungmann, que luta desesperadamente por recursos nesse mesmo Governo. E fazendo parte do Governo, acho que não comprometo o Presidente da República quando me associo a um de seus ministros que pede recurso.

**O Sr. Presidente** - Pergunta do Sr. Jorge Augusto, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Buritis, dirigida ao Sr. Ernesto de Salvo: "É noticiado na imprensa nacional sobre a disposição dos fazendeiros de defender a propriedade utilizando armas. O senhor seria capaz de utilizar deste método caso a sua fazenda fosse ocupada?"

**O Sr. Antônio Ernesto de Salvo** - Essa é uma pergunta que a gente não faz para mineiro. Mesmo que ele diga que não faz, às vezes faz. Ou se ele disser que não faz, faz. Não procede. O que é preciso ficar claro é que essa suposta alegação minha, que não é verdadeira, saiu no contexto do Projeto de Lei nº 490, que hoje tem o número 39 no Senado Federal, que torna a reintegração da posse. Só para os senhores terem uma idéia, manda citar as partes. Se forem 400 pessoas, elas terão de ser citadas, bem como suas esposas e companheiras.

Na prática - não sou advogado, falo por ouvir - isso equivale a não reintegrar na posse. Mas o autor desse projeto, que é o Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão, esqueceu-se de modificar o art. 502 do Código Civil, que prevê que a pessoa turbada ou esbulhada na posse pode nela manter-se com o uso da força. Então, parece-me de uma insensatez absolutamente clara onde há dois caminhos: um, o de se apelar a um Juiz para se reintegrar na posse, e outro, o de se defender pela violência, criar um projeto de lei que impeça a ação jurídica, só deixando duas opções ao invadido, esbulhado ou turbado: defender-se ou fugir.

Tenho a impressão, e aí respondo à pergunta, de que não é muito do temperamento nosso fugir.

**O Sr. Presidente** - Associação de Cooperação Agrícola de Santa Rosa, Itaipé, na pessoa do Sr. João Maria Orneles de Souza, Juruna, para o Sr. Ênio Bohnenberger: "É possível fazer reforma agrária sem ocupações de terra?"

**O Sr. Ênio Bohnenberger** - Até hoje, não achamos nenhum mecanismo diferente. Se alguém no seminário descobrir um outro, avise ao MST por favor, para conhecimento das famílias assentadas por vontade dos governos ou por vontade dos fazendeiros, pois ainda não descobrimos outro caminho. A ocupação é o que está dando certo até hoje.

Aproveitando o microfone, queria dizer para o Mares Guia que não somos contra a descentralização do ITR. Somos contra a descentralização da responsabilidade do Governo Federal em relação à política de reforma agrária nos municípios. Os Prefeitos não conseguem cobrar nem o IPTU em suas cidades e vão querer fazer a reforma agrária? Isso é uma piada.

Com relação às dívidas dos ruralistas, dos fazendeiros, queríamos que o Governo os tratasse como trata os pequenos agricultores quando fazem uma dívida nos Bancos, ou seja, são milhares e milhões de pequenos agricultores que tiveram vacas de leite e terras tomadas, em troca da dívida do Banco. Com os ruralistas e os fazendeiros isso não acontece.

Com relação ao ITR, somos os primeiros a denunciar a falcatrua de 99,3% dos grandes proprietários, que estão inadimplentes. Não pagam o ITR, e a única medida que o

Governo tomou foi demitir os dois funcionários do Ceará que nos passaram os dados para que pudéssemos denunciar.

**O Sr. Presidente** - O Secretário João Batista dos Mares Guia está com a palavra.

**O Sr. João Batista dos Mares Guia** - Só quero estabelecer um contraditoriozinho.

Bem, não tenho a experiência que os debatedores têm nessa questão agrária, mas, pelo pouco que venho aprendendo, inclusive com o MST, com a CONTAG, com a FETAEMG e com a FAEMG, em Minas Gerais, posso dizer que, produzindo-se consensos, com sinceridade, e manifestando-se em atos concretos vontade política, é possível fazer a reforma agrária sem nenhuma ocupação de terra.

Cito o exemplo do Fórum de Paracatu. De repente, pede a palavra o Presidente do Sindicato Rural, representando, portanto, os proprietários rurais e os empresários, para dizer: "Não entendo por que aqui se discute tanto a ocupação de terra, se se poderia introduzir na legislação, ademais da desapropriação ou da arrecadação administrativa via 433, a licitação de terras, porque em muitos casos, para cumprir os cânones atuais da legislação e as planilhas de apropriação de custo e preço, na desapropriação paga-se mais que o valor de mercado, o que, havendo uma licitação, teria sido evitado ou poderia ser evitado.

O próprio Presidente do Sindicato Rural nominou 12 fazendas que estavam naquele momento à venda, e ele se colocava para auxiliar na implementação de projetos localizados de reforma agrária, fazendo a negociação com esses proprietários. A mesma situação encontrei em Arinos, em Buritis, e tenho encontrado em todos os cantos de Minas Gerais; recentemente, em Jequitinhonha e em Teófilo Otôni. Por que não experimentamos? Não é prudente brigar com os fatos. Não estou dizendo que isso ocorra em todos os lugares. Pode ser que amanhã eu depare com uma situação diferente desta. Mas, isso é possível fazer, e por que necessariamente tem que ser ocupação? Não estou dizendo nem política nem biologicamente, nada contra ou a favor. O meu papel é ajudar a resolver a situação, tanto quanto possível, fazendo negociação e produzindo consenso. E temos conseguido, por exemplo, o apoio até da ABCZ, em Uberaba, que teve uma atitude muito prudente, muito sagaz e inteligente, favorável ao processo de reforma agrária, claro, sem apoiar a ocupação. É possível fazer isso. Vamos tentar. Não vejo nenhuma razão para tentar experimentar esse outro caminho. Vamos aos entendimentos, às negociações e, em último caso, fazemos a desapropriação. Poderia citar numerosos exemplos, o que seria cansativo e apenas ilustraria o fato que fica. Qual é o fato que fica? É possível arrecadar terra. Outro exemplo: o Presidente da Sociedade Rural Mineira, que, quando, a meu pedido, foi feita a desapropriação da fazenda Mocambo Firme - fui eu que levei o processo a Brasília junto com Belchior -, deu declarações duríssimas à imprensa. Chego ao fórum de Montes Claros e deparo com ele. Jovem, tinha sido meu aluno, o que facilitou um relacionamento mais fraternal entre nós. Terminou ficando entusiasmado com o seminário e fez uma recomendação a todos: vocês não deveriam, como fizeram na Mocambo Firme, desapropriar terras que não estejam banhadas. Vocês deveriam focalizar quais são as áreas banhadas para viabilizar projetos de irrigação. E citou seis áreas, dentro da região próxima à bacia do rio Verde. É isso o que tenho encontrado em toda Minas Gerais. Não acho que Minas Gerais seja diferente do resto do Brasil. É preciso ter paciência para conversar, conversar e conversar, comer o mingau pela beirada e resolver o problema. Não dá para pular direto no meio do prato quente porque isso queima, mesmo.

**O Sr. Presidente** - Pergunta de Juarez, da FETAEMG, para o Dr. Antônio Ernesto de Salvo: "É possível um projeto de desenvolvimento que inclua os excluídos pelo processo da revolução tecnológica, principalmente no campo? Se é possível, como e o que fazer?"

**O Sr. Antônio Ernesto de Salvo** - Não acho que seja fácil, pois demanda recursos e vontade por parte das autoridades federais, estaduais e municipais, e não vejo isso acontecer. O Brasil é um dos países que mais sacrifica sua agricultura. Aqui se falou que a Europa, de um modo geral, tem quatro vezes a nossa produtividade, e isso é real. Lá se gastam US\$350.000.000.000,00 por ano só em subsídios. Apenas para o produtor de leite do Primeiro Mundo, são US\$52.000.000.000,00 por ano em subsídios. Parece-me ser possível resolver a situação, devagar, adequando recursos e metas. E, para ser bem concreto na resposta, uma vez que não tenho autoridade para falar, pois estou em território alheio, quero dizer que temos um instrumento excelente de ligação entre nós e os chamados excluídos, sejam com terra ou sem terra, que é o SENAR, que trata de promoção social e de formação profissional para a categoria do trabalhador rural e do proprietário familiar. Sei que os cenários de Minas e de outros lugares do Brasil têm um excelente desempenho na área, e acho que, à medida que a sociedade conhecê-lo melhor, pode ter ainda um papel preponderante nesse assunto de melhoria das condições de profissionalização do pequeno proprietário e do trabalhador rural.

**O Sr. Presidente** - Representando a fazenda Mocambo Firme, em Montes Claros, José Luiz Gonçalves Silva pergunta ao Dr. Antônio Ernesto de Salvo: "Você diz que a maioria dos assentamentos foi um fracasso. Quero saber se o Governo fez financiamento para os assentados e lhes deu condições de produzir".

**O Sr. Antônio Ernesto de Salvo** - A palavra "fracasso" não me parece seja bem colocada. O que a pesquisa que patrocinamos e foi feita no Brasil inteiro demonstra é que 41% dos que receberam terra na Região Norte permaneceram nela, e 59% venderam-na e saíram. Demonstra, também, que a renda média é muito baixa e que a idade média dos projetos é de oito anos. São projetos emancipados ou consolidados. Na terminologia do INCRA, um projeto tem várias fases, sendo a última a consolidação. Depois o poder público sai e o projeto está emancipado. Então, só foram pesquisados os projetos consolidados e emancipados. Sei qual é o orçamento do INCRA deste ano e do ano passado, que é da ordem de US\$1.800.000.000,00. E o Presidente Fernando Henrique anuncia, nos seus planos de meta para o assunto reforma agrária, R\$7.215.000.000,00 até o fim do seu Governo. É interessante porque esse número é para assentar 180 mil pessoas, e o mesmo Governo anuncia 1.000.000.000 do PRONAVE, que se destinam a 3 milhões de pequenos proprietários. Os senhores são melhores juizes que eu nessas coisas e nessas idéias.

**O Sr. Presidente** - Pergunta do Sr. Pedro Nogueira, da Assembléia Legislativa, ao Sr. Avelino Ganzer, representante da CONTAG. "Foi mencionado por V. Sa. que a EMBRAPA erra quando desenvolve tecnologia para soja e cana-de-açúcar. Acontece que aproximadamente 80% da produção, tanto da soja quanto da cana, são para abastecimento dos brasileiros. Existe outra alternativa para abastecer com óleo ou açúcar?"

**O Sr. Avelino Ganzer** - Primeiramente, falei que foi no contexto do atual modelo de desenvolvimento que se construiu toda a assistência técnica que está em crise hoje, inclusive a EMBRAPA. Mas há um debate também na sociedade. Acabamos de firmar um convênio entre a EMBRAPA e a CONTAG, visando a criação do Banco de Transferência de Tecnologia. Estamos implementando cinco agências nesse convênio, aproveitando a experiência de Minas. Achamos que a EMBRAPA é uma empresa estratégica. A nosso ver, a assistência técnica não pode ficar tentando dar sustentação a um modelo ultrapassado. Temos que colocar essa visão do novo processo de desenvolvimento.

Com relação ao álcool e ao açúcar, há um modelo de produção de álcool. Existe, inclusive, um mineiro que já propôs uma fórmula diferente de produção de álcool, descentralizando, e produzindo nacionalmente. Também há um tipo de modelo que eu não saberia defender, mas é um debate que tem que ser desenvolvido e testado. Nesse sentido, falei da EMBRAPA como uma empresa nacional extremamente eficiente.

Gostaria de aproveitar para colocar três questões que foram levantadas. Uma delas é a das liminares. Foi aprovado um projeto pela Comissão de Constituição e Justiça e foi ao Senado, justamente para coibir a emissão de liminares. Uma grande maioria dos juizes brasileiros concede liminares sem conhecer a realidade social, cultural e política do conflito. Ora, é preciso que se regulamente algo a fim de que, no mínimo, alguém vá para a área para examinar as partes, e, aí sim, proceder à concessão de liminares. Essa é a diferença daquilo que você falou, não é, Antônio?

A outra questão se refere à problemática da pesquisa. Evidentemente, temos divergência, uma vez que são questões polêmicas. Por que neste momento? Porque nunca, nesses últimos anos, o debate foi tão intenso no Congresso com a opinião pública participando de maneira favorável. As imprensa nacional e internacional colocaram o debate da reforma agrária na ordem do dia, e, nesse momento, fez-se a pesquisa para que a sociedade deixe sob a responsabilidade do Congresso o procedimento para dificultar a aprovação do rito sumário. Não vou entrar no debate porque são metodologias de cada pesquisa. Não se está questionando a forma como foi feita a pesquisa, mas temos divergências profundas, inclusive sobre os dados que foram divulgados.

**O Sr. Presidente** - Para o Sr. João Batista dos Mares Guia, temos duas perguntas com a mesma essência. Uma de Maria Aparecida Rossi Faria, e a outra formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Modestino. Quais os oito assentamentos citados na lista enviada ao Governador pelo Dr. Paulinelli que deram certo, como V. Exa. revelou?

**O Sr. João Batista dos Mares Guia** - Eu não saberia citar nominalmente. Tenho o documento comigo. Amanhã vou participar como conferencista em um dos painéis e trarei o documento para divulgação.

**O Sr. Presidente** - Abílio Vinicius, da FEAB, pergunta ao Sr. João Batista Mares Guia. A reforma agrária, no sistema capitalista, não seria uma medida paliativa? Não precisamos de uma reforma total do sistema?

**O Sr. João Batista dos Mares Guia** - Meu Deus, há alguma coisa mais capitalista, de integração e até de democratização do mercado, do que a reforma agrária? Basta lembrar a Lei de Terras Americanas, do século XVIII, doadas a todo colono que se dispusesse a sair do leste e penetrar no oeste.

A famosa Reforma Napoleônica foi sobretudo reforma agrária para os soldados que guerreavam com ele e foi fator de consolidação das fronteiras do território nacional e do Estado nacional francês.

Qual é o exemplo de reforma agrária socialista? Existe a boa reforma agrária e a falsa reforma agrária. A peruana e a mexicana foram falsas reformas agrárias. A

reforma agrária, embora tenha um potencial redistributivo poderosíssimo, uma dimensão de equidade e distribuição, nada tem de socialista. Consolida as instituições e aprofunda os valores democráticos numa sociedade de mercado. Se existe uma coisa integradora, essa é a reforma agrária. Todos deveriam ter esse desprendimento de apoiar a reforma agrária. A reforma agrária é integradora, mas a médio e longo prazo não dará certo. É por isso que não podemos subsumir a reforma agrária à política agrícola, embora não se possa pensar em fazer reforma agrária sem ela. Esse foi o clássico argumento neste País. A política agrícola a longo prazo resolverá o problema fundiário. E o que é o longo prazo? Uma sucessão de curtos prazos. Em cada curto prazo, uma geração de excluídos vão sofrendo, sofrendo, e, quem sabe, daqui a 100 anos estará superado o problema agrário. Agora, a que preço humano? Parece até raciocínio de economista que não se atém à alma, à dor, à paixão e à felicidade humana. Só tem sentido fazer o que fazemos se levarmos em conta, em primeiríssimo lugar, o ser humano. Do contrário, é coisa de doido.

**O Sr. Presidente** - O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poté faz uma pergunta ao Dr. Antônio de Salvo: "Logo após a chacina de Carajás, a CNBB soltou uma nota dizendo que: ou o Governo faz a reforma agrária ou paga pela omissão. O que o senhor fala sobre o assassinato de padres, advogados e trabalhadores rurais, muitos deles em suas próprias casas?".

**O Sr. Antônio Ernesto de Salvo** - A lei, doa a quem doer, é aplicada. As informações que tenho, obtidas através do Ministério da Justiça, que fez uma investigação sobre a violência no campo, principalmente na área do Bico do Papagaio, debitam à ausência do Estado a responsabilidade pela violência. É a fronteira nova, e o Estado não aparece. A lei é feita com a própria mão, de um lado e de outro. Cumpra-se a lei. Puna-se depois do julgamento correto.

Quanto a Carajás, não acho que seja um episódio relacionado à reforma agrária. É a polícia de um lado e gente fechando uma rodovia do outro. É lamentável que isso tenha ocorrido. Todo mundo sabe sobre o nome Carajás: é o Eldorado Carajás. E Buriticucu, alguém sabe o que significa? Buriticucu é a chacina de três funcionários de uma empresa que foram queimados e assassinados. O Ministro Jungmann chegou ao local pouco tempo depois e viu os autores do crime fugindo de automóvel e quase batendo na estrada. Estão livres. Justiça para todos.

**O Sr. Presidente** - A última pergunta é do funcionário Pedro Nogueira, da Assembléia, e é dirigida ao MST. As perguntas que chegarem posteriormente serão respondidas depois. A pergunta é: "Você chamou os produtores rurais de incompetentes. Acontece que você só defendeu a reforma agrária na distribuição de terra. No resto de sua fala, você só defendeu a política agrícola, que é a responsável pela incompetência dos produtores rurais. Afinal, o que o senhor entende por política agrária e por política agrícola?".

**O Sr. Ênio Bohnenberger** - Disse que o Estado brasileiro e os fazendeiros são incompetentes. Quando falo em Estado brasileiro, não falo simplesmente do Presidente, mas do conjunto do Estado, Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário e Forças Armadas. Os únicos que têm a coragem de enfrentar fazendeiros no País são os sem-terras, com as nossas ferramentas. Ninguém tem coragem de enfrentar. O Juiz e o Prefeito, no município, não têm coragem de enfrentar. O fazendeiro manda e desmanda, tendo todo o poder. Até hoje o fazendeiro é o poder nacional. Quem é o Presidente do Senado Federal? É o Sarney, um latifundiário. Quem é o Presidente da Câmara Federal? É o filho do Antônio Carlos Magalhães, fazendeiro e dono de metade da Bahia. Veja bem. O latifúndio está no poder e está mandando. Então, é a incompetência do Estado e do latifúndio de resolver os problemas. E o trabalho escravo e o trabalho assalariado, que são mal remunerados, não acontecem na pequena propriedade. Esse atraso acontece nas propriedades modernizadas. No futuro, os sem-terras podem ser culpados por todos os problemas do País. Do meu ponto de vista, a incompetência é dos fazendeiros e do Estado.

Quanto à questão da política agrícola e da política agrária, o que é a questão agrária? É o complexo da estrutura fundiária do País. A política agrícola é a política do crédito, do preço, do abastecimento e do planejamento por parte do Estado do que precisamos produzir para sustentar a nossa Nação. Aqui, necessariamente, entra a política agrícola. Não adianta fazer uma política agrícola, como o Mares Guia fala. Há anos que se fala nisso. Sempre houve política agrícola, mas para quem? Para nós nunca houve. Até hoje, a nossa tarefa foi produzir e entregar a produção. Inclusive, para que ela seja mais barata e financie a mão-de-obra na cidade, para o operário que também ganha pouco. Assim, os produtos podem chegar às suas mãos bem baratos. Em troca disso, se fizermos um financiamento no Banco e não conseguirmos pagar, teremos de entregar a terra ao Banco. Isso não ocorre com os fazendeiros.

Hoje, o Olacyr de Moraes está querendo vender as suas propriedades porque a agricultura entrou em crise. Os fazendeiros só são bons na hora do lucro. Essa é a diferença. Não somos contra o Olacyr de Moraes voltar às terras. Mas ele quer novamente buscar o lucro, investindo em um setor que dê dinheiro. Então, ele não é

aquela pessoa que se diz apaixonada pela terra. Está endividado e precisa vender a terra. Há muitos fazendeiros que já lucraram com essa venda. Eles não são os legítimos proprietários da terra. Muitas pessoas podem discordar, mas é a nossa visão de classe. A incompetência é a política agrícola, a produção de alimentos. É preciso que o Estado planeje e garanta a segurança alimentar e garanta que as pessoas fiquem na terra. A questão agrária é o complexo de terras improdutivas e produtivas, principalmente o latifúndio que reina em nosso País.

**O Sr. Avelino Ganzer** - Gostaria de colocar uma questão. É sobre o Programa Nacional de Valorização da Agricultura Familiar - PLANAR -, uma luta de dois anos. Para vocês verem, agora é que está saindo o crédito de R\$350.000.000,00 do FAT. Vai ser em torno de 8,5% para investimento, de 3 a 7 anos. Negociamos em maio, e o BNDES até agora não soltou esse dinheiro. Vejam o problema da agricultura. É nesse aspecto que quero chamar atenção. É muito profunda essa questão de crédito, como também essa visão de ter a consciência das várias agriculturas que existem no País.

**ATA DA 33ª REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 3 DE SETEMBRO DE 1996, DESTINADA AO PROSSEGUIMENTO DO SEMINÁRIO LEGISLATIVO REFORMA AGRÁRIA EM MINAS GERAIS, COM OS PAINÉIS 1 E 2**

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

**SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - Ata** - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras dos Srs. José Carlos Carvalho, José Ely da Veiga, Roberto Simões e Sérgio Leite - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Suspensão e reabertura da reunião - Composição da Mesa - Palavras dos Srs. João Batista dos Mares Guia, Maria Antônia Costa Nogueira, Armando Vieira Miranda, Melchior Augusto de Melo e Mário Ramos Vilela - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - **ENCERRAMENTO.**

**COMPARECIMENTO**

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Aílton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Antônio Andrade - Bilac Pinto - Dílzon Melo - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Gilmar Machado - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - João Batista de Oliveira - João Leite - Marcos Helênio - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Wilson Trópia.

**ABERTURA**

**O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila)** - Às 8h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**Ata**

- **O Deputado Bilac Pinto**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

**O Sr. Presidente** - A Presidência convida a tomar assento à mesa os senhores expositores do Painel 1 - Reforma Agrária e o Atual Modelo de Desenvolvimento: José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; José Ely da Veiga, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP; Roberto Simões, Diretor Secretário da FAEMG; Sérgio Leite, professor de pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRJ; Deputado Alberto Pinto Coelho, Coordenador dos debates.

Destinação da Reunião

**O Sr. Presidente** - Destina-se esta reunião ao prosseguimento do Seminário Legislativo Reforma Agrária em Minas Gerais, com o Painel 1 - Reforma Agrária e o Atual Modelo de Desenvolvimento.

Palavras do Sr. José Carlos Carvalho

Exmo. Deputado Wanderley Ávila, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em nome do qual gostaríamos de saudar os Deputados; demais debatedores, autoridades, meus senhores e minhas senhoras.

Nos debates de ontem, tivemos oportunidade de ver sublinhadas as grandes questões econômicas, sociais e políticas que induzem o debate da questão fundiária e da reforma agrária no nosso País.

Hoje, neste painel dedicado ao exame da reforma agrária e ao atual modelo de desenvolvimento, gostaríamos de dar uma pequena contribuição para situar a temática florestal e seus aspectos ambientais no contexto do desenvolvimento rural brasileiro, analisando, ainda que sucintamente, as relações da agricultura com a conservação e o uso dos recursos florestais.

Procuramos introduzir no debate uma questão, hoje crucial, que está relacionada com a interface dos problemas agrários e fundiários, com a questão do meio ambiente, que é o conjunto de recursos naturais que servem, inclusive e sobretudo, de base à própria produção agropecuária.

O desenvolvimento rural brasileiro quase sempre se baseou na produção agropecuária,

sem levar em conta as potencialidades e as possibilidades de aumento da renda dos agricultores, representadas pela exploração de recursos florestais. Na verdade, em raros momentos o Brasil utilizou seu patrimônio florestal ou as condições extremamente favoráveis à silvicultura em todo o seu território como fator de promoção do desenvolvimento rural.

Até hoje, o modelo de desenvolvimento econômico do País tem estimulado a expansão da fronteira agropecuária - em geral, incorporando a ela terras florestais - sem qualquer avaliação respeitável sobre a real necessidade ou conveniência de desmatar e incorporar novas áreas, quando existem em todo o País (em nosso Estado, como em muitos outros) terras agrícolas subutilizadas ou abandonadas depois do desmatamento.

Essa política tem contribuído para expandir as áreas cultiváveis, muitas vezes transformando terras florestais públicas em propriedades rurais particulares, o que pode ser ilustrado exemplarmente pelo recente processo de ocupação da Região Norte do País, que repete os equívocos ocorridos nas outras regiões, inclusive no nosso Estado, a exemplo da utilização predatória das terras do vale do rio Doce e do Mucuri.

Em 1970 havia no Norte brasileiro 261.145 estabelecimentos rurais. Passados 15 anos, em 1985, esse número pulou para 499.775 propriedades. No mesmo período, a área apropriada pela iniciativa privada, na região, passou de 23.182.144ha para 44.884.354ha, ou seja, nesse espaço de tempo quase foi duplicada a área florestal ocupada com atividades agropecuárias.

O mesmo fenômeno ocorreu na Região Centro-Oeste, principalmente nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, incluindo Tocantins, onde o total de estabelecimentos se ampliou de 253.132, em 1970, para 316.285, em 1985. Em igual período, a área apropriada para as atividades agrícolas e pecuárias pelos proprietários rurais privados saltou de 81.705.624ha para 117.086.323ha, o que significa uma incorporação da ordem de 35.380.699ha de terras revestidas por florestas à agricultura.

Em síntese, isso quer dizer que em 15 anos, sóna Amazônia Legal (que abrange a Região Norte e parte da Centro-Oeste e da Nordeste), uma área de 57.082.909ha - ou 570.829km<sup>2</sup> - de floresta tropical úmida foi apropriada pelo setor agrícola, ou seja, um território superior ao da França, sem afetar significativamente, como era de se esperar, em relação às proporções de áreas expandida e de produção efetiva de produtos agropecuários, o desenvolvimento rural daquela região e do País.

Este seminário, em boa hora patrocinado pela Assembléia Legislativa, oferece um momento de reflexão sobre o assunto. Esses dados demonstram, na maioria dos casos, que as políticas públicas que nortearam e estimularam a implantação do modelo expansionista agrário, com o objetivo de promover o desenvolvimento rural, na verdade não atingiram de forma plena os seus objetivos, fazendo, em muitos casos, na Amazônia brasileira particularmente, expandir os latifúndios, principalmente nos locais em que o uso da terra se voltou para a criação de gado bovino e o cultivo da soja. A produção agropecuária dessas áreas chega a ser irrisória quando comparada com a expansão agrária e o aumento dos estabelecimentos agropecuários verificados no mesmo período.

No Norte e no Centro-Oeste do País mudanças políticas relacionadas ao uso da terra e a medidas de proteção florestal foram adotadas a partir de 1989, para reduzir a ocupação predatória e, principalmente, o desmatamento e as queimadas, mas dificuldades generalizadas de fiscalização têm retardado resultados positivos: há uma semana, os aviões não pousavam em Campo Grande, Capital de Mato Grosso do Sul, em conseqüência da densa fumaça das queimadas que prejudicava a visibilidade no local!

O que é mais grave nesta reflexão que estamos fazendo é que grande parte das terras tomadas às florestas hoje está inaproveitada, como acontece também com extensas áreas no Sul, no Sudeste e no Nordeste, num volume tal que - segundo os especialistas - se fossem aproveitadas poderiam, no mínimo, duplicar a safra anual brasileira, em regiões já dotadas de infra-estrutura de armazenagem e transporte de produtos, assistência técnica, etc.

Com base nessas constatações, levando em conta os aspectos ecológicos da questão, a política ambiental, tendo como marco referencial o desenvolvimento sustentável, recomenda como enfoque adequado para a política fundiária prioridade para os assentamentos dos trabalhadores sem terra não em áreas novas de agricultura, que exigem alto investimento em infra-estrutura operacional, mas nas terras de latifúndios improdutivos e nas terras subutilizadas de regiões de agricultura florescente do Sul, do Sudeste e do Nordeste do País, já desmatadas e ociosas, do ponto de vista produtivo.

Dissemos que as florestas quase sempre foram esquecidas pelos planejadores do desenvolvimento rural, e não foi à toa: é que na verdade basta citar que neste ano, como ocorre em todos os anos, já tivemos problemas de operação com aviões na região de Mato Grosso, em decorrência das intensas queimadas que se verificam neste período, apenas para citar um exemplo localizado em nosso Estado. Em Minas Gerais um esforço sério e sistemático foi e está sendo empreendido pelas agências do Governo a fim de

incorporar a silvicultura ao processo produtivo do meio rural.

Desde a década de 70, por iniciativa do IEF e da EMATER-MG, que introduziram o componente reflorestamento no Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata - PRODEMATA -, à época financiado pelo Banco Mundial, os pequenos e médios proprietários agrícolas mineiros vêm praticando o reflorestamento com finalidade ecológica e econômica e aprenderam a tirar de suas florestas de produção o dinheiro que muitas vezes cobre prejuízos de suas lavouras ou lhes permite comprar novos implementos e melhorar suas condições de vida.

Criamos aqui - hoje em quase todas as regiões do Estado - a figura do pequeno produtor florestal capaz de suprir suas necessidades próprias de madeira e lenha e, ainda, produzir excedentes comercializáveis que vão servir de matéria-prima para a produção de celulose, carvão para a siderurgia e madeira para a construção civil.

Esse esforço de reflorestamento empreendido por Minas Gerais atinge hoje mais de 50 mil pequenas e médias propriedades rurais, propriedades de até 100ha, cujos donos descobriram as vantagens sem conta desse cultivo que não tem entressafra e sempre encontra mercado.

Por outro lado, os reflorestamentos realizados pelos agricultores descentralizaram e desconcentraram os plantios de florestas e estão contribuindo para evitar o surgimento de novos "latifúndios florestais", participando do processo de melhoria da estrutura agrária do Estado, na medida em que impedem a desorganização do campo com a compra, pelos grandes empreendedores, de pequenas e médias propriedades contínuas para reflorestamento, transformando os seus pequenos produtores em assalariados ou bóias-frias.

Ainda hoje, paradoxalmente, a política agrária induz os agricultores a ver a floresta - não como um fator de produção de riqueza - mas sim como um obstáculo à sua propriedade, como algo descartável que deve ser derrubado para "limpar" a área para o gado e as plantações.

Ainda hoje, até as áreas ecológicas, muitas vezes, são erroneamente vistas pelas políticas públicas relativas às questões fundiárias, como terras improdutivas, gravadas com maior incidência de ITR. Logo, não é de admirar que grande parte dos proprietários rurais tenham depredado suas matas de proteção de encostas, topos de morros e nascentes.

Na verdade, de acordo com o IBGE, em 1985, o Brasil dispunha de 5.681.417 estabelecimentos rurais com área de 3.736.321km<sup>2</sup>, correspondendo a quase 44% do território nacional. Considerando as exigências básicas da legislação florestal brasileira, os proprietários rurais privados deveriam manter, no mínimo, 880.000km<sup>2</sup> de florestas relativas à reserva legal de 20% a 50% na qual não se pode realizar nenhuma atividade que altere a sua destinação florestal. Só que no Sul, Sudeste e Nordeste do País, essa exigência foi ignorada pelos ruralistas, gerando a necessidade de grandes investimentos na recomposição florestal das áreas indevidamente ocupadas com outras atividades.

Num Estado como Minas Gerais, que, hoje, mediante levantamento de satélite, através do programa de monitoramento da cobertura vegetal, recentemente realizado, só tem 25% de seu território coberto com remanescentes florestais nativos, não é mais possível estabelecer políticas públicas que estimulem a expansão da fronteira agropecuária à custa de novos desmatamentos. Como a reforma agrária deve constituir um objetivo inarredável da sociedade e do Governo, o que temos de fazer é dar utilidade social e econômica às terras agrícolas subutilizadas e já desmatadas aqui existentes, pois nada pode mais justificar um avanço inadequado sobre as áreas florestais, agrupadas em remanescentes escassos.

Isso, levando em conta os grandes impactos ambientais causados em várias regiões, pela indevida e desordenada ocupação dos solos, particularmente em algumas regiões, gerando graves problemas sociais com a degradação de solos em muitas propriedades, criando uma subclasse de produtores de baixa renda que não suportam o ônus dos investimentos necessários para recompor suas terras degradadas."

Seria hoje, pela realidade da cobertura vegetal do Estado, pela disponibilidade de terras ociosas, quase irresponsável assentar trabalhadores em lugares onde jamais vão conseguir prosperar e dar sua contrapartida de produção e produtividade para impulsionar o desenvolvimento rural brasileiro. As políticas públicas destinadas à reforma agrária devem levar os agricultores e os proprietários a reutilizar as terras desmatadas e subutilizadas de regiões produtoras que, como já dissemos, dispõem de infra-estrutura básica de apoio às suas ações. Outro ponto que merece nossa atenção, em relação ao tema que abordamos nesse seminário, está relacionado não apenas à necessidade de assentamento de agricultores sem terra em áreas adequadas, mas também levar em conta, como foi aqui ontem amplamente discutido, o enorme contingente de milhões de pequenos proprietários existentes em todo o País, que vivem em condições subumanas, particularmente nas regiões áridas, e que permanecem condenados à penúria, por absoluta falta de acesso aos principais instrumentos de produção agrícola, como o crédito rural e a tecnologia adequada ao seu meio e ao seu modo de vida e modo de



produção de agricultura de baixa renda. Nessas circunstâncias, essa faixa da agricultura vem praticando uma estrutura extrativa, altamente predatória, do meio ambiente, face ao atraso tecnológico e ao empirismo do modo de produção empregado.

Fazer reforma agrária é mais, muito mais do que isso, como aqui, ontem, de maneira muito clara, foi colocado pelos debatedores. É também dar instrumentos de produção para o agricultor de baixa renda, para que possa melhorar seus padrões de produção e fazer uma agricultura sustentável, reduzir os impactos ambientais, particularmente no que diz respeito à expansão em florestas nativas e a conservação de solo, seguramente o principal e o mais importante recurso natural, oferecido como base da produção agropecuária.

Nesse sentido, é preciso lutar e reconhecer que iniciativas como o Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF -, recentemente lançado, assegure financiamento adequado ao grande universo de agricultores de baixa renda, para melhorar as condições de produção e permitir que esses agricultores tenham condições de assimilar as medidas necessárias à produção do meio ambiente.

Não queremos exceder o tempo concedido pela Mesa, e entendemos que as questões aqui levantadas são extremamente importantes para uma avaliação adequada da interface da questão ambiental com a questão agrária, particularmente no que diz respeito aos instrumentos da política agrícola. É óbvio que há uma complementariedade absolutamente indissociável das políticas públicas relacionadas na reforma agrária com as políticas agrícolas, de tal maneira que possamos, pelas mudanças dos instrumentos econômicos, sobretudo de crédito, instrumentos fiscais, creditícios e tributários, mudar o enfoque de desenvolvimento rural, que ainda perdura, para incorporar de uma maneira consistente a questão do meio ambiente.

Alguns exemplos poderíamos citar para revelar as distorções que ainda hoje alguns instrumentos da política agrícola provocam sobre o meio ambiente. Se precisarmos, hoje, no que diz respeito à estrutura do crédito rural exclusivamente baseada no produto e não no aproveitamento sustentável da propriedade e na melhoria das condições dos pequenos produtores, de um empréstimo para financiar um determinado empreendimento agrícola que signifique desmatamento, teremos um crédito rural, particularmente nesse caso, financiando o desmatamento. Mas, se por outro lado o agricultor precisar de crédito para recompor áreas degradadas - e no Centro-Sul do País é o que mais temos -, não dispomos de crédito para isso. Então, essa é uma entre muitas outras distorções que poderíamos citar e que levam à necessidade de mudanças conceituais e operacionais na política agrícola, para que a questão ambiental possa ser adequadamente contemplada e para criar-se as efetivas condições para o desenvolvimento rural sustentável do Estado de Minas e do Brasil. Muito obrigado.

Palavras do Sr. José Ely da Veiga

Nobre Deputado Wanderley Ávila, Primeiro Vice-Presidente desta Casa e Presidente desta Mesa; Dr. José Carlos Carvalho, Secretário de Estado do Meio Ambiente; colegas expositores e participantes. Antes de mais nada, queria cumprimentar a Assembléia Legislativa de Minas Gerais por esta iniciativa que me parece pioneira. Isso demonstra que, num tema até hoje tão difícil de ser tratado nesse tipo de ambiente, o Estado de Minas Gerais se coloca provavelmente na vanguarda dos demais Estados, pois não me consta que em outros Estados, pelo menos do Sudeste do País, tenha ocorrido um evento tão importante numa Assembléia Legislativa.

O que quero trazer aqui são alguns pontos de reflexão sobre o tema que, como vocês podem ver no programa, é Reforma Agrária e Modelo de Desenvolvimento. O primeiro ponto que queria levantar é que não existe hoje um modelo de desenvolvimento, ou seja, não se pode falar que o Brasil tenha um modelo de desenvolvimento. Talvez o último período em que as políticas governamentais tinham algum grau de coerência, que permitisse o uso da expressão "modelo de desenvolvimento", recue para o tempo do Governo Geysel. Já durante o final do período ditatorial, ou seja, durante o período do Governo Figueiredo e, principalmente depois, com a redemocratização do País, as políticas governamentais ficaram totalmente atreladas ao objetivo de combater-se a inflação. Nós ainda estamos em fase de aplicação de um plano - e parece ser o primeiro com algum sucesso - de estabilização. Durante esse curto período em que a economia começou a se estabilizar, ainda não surgiu, seja do lado do Governo, seja do lado da sociedade, algo que pudesse ser caracterizado como modelo de desenvolvimento. Então, a primeira dificuldade para abordar esse tema "Reforma Agrária e Modelo de Desenvolvimento" é a ausência de um modelo de desenvolvimento. Na verdade, se de fato consolidar-se esse plano de estabilização, o Real, provavelmente vamos ter um primeiro modelo de desenvolvimento da era democrática.

Mas ainda é muito cedo para que se possa caracterizar esse modelo.

O que dispomos são de algumas indicações sobre a evolução dos debates e das negociações entre os vários grupos sociais, que levam à fixação de algumas prioridades.

Considero que um desses indicadores mais importantes, na falta de um modelo de desenvolvimento, são algumas prioridades estabelecidas pelo Governo Federal. Peço que

coloquem a primeira transparência.

Espero que possam enxergar. Esse é o Plano de Metas que foi anunciado no início de agosto de 1996. São 42 projetos de investimentos que foram considerados prioritários em meio a trezentos e tantos projetos que estão na carteira do Ministério do Planejamento.

Para esses 42 projetos de investimento, no biênio 97/98, o Governo pretende investir R\$10.000.000.000,00 e ainda pretende captar, se conseguir, R\$3.700.000.000,00 junto ao Banco Mundial, ao BID, etc. Isso totalizaria uns R\$14.000.000.000,00 de investimentos no biênio, isso é, uma média de R\$7.000.000.000,00 por ano.

Só para ter algum termo de comparação, o nosso PIB deve estar por volta de uns R\$600.000.000,00 e a nossa taxa de investimento, segundo o IPEA, estaria por volta de 16%, o que significa que o conjunto da economia, hoje, não investe US\$100.000.000.000,00 por ano. Parte do Governo teria 10% desse investimento nesses 42 projetos.

O que fiz foi agrupar os projetos em 18 itens, que estão ordenados por ordem de importância. O primeiro é o de telecomunicações. Aí estão os valores globais. Esses R\$33.000.000.000,00 referem-se ao valor global do projeto e não ao que o Governo vai aplicar em dois anos apenas. O Governo pretende, no total, investir em dois anos R\$14.000.000.000,00, mas o projeto de telecomunicações é da ordem de R\$33.000.000.000,00, e o segundo projeto que aparece, em termos de valor, é o da reforma agrária, com mais de R\$7.000.000.000,00 previstos.

Evidentemente isso deve chocar muitos de vocês, que, no dia-a-dia, estão brigando às vezes para conseguir alguns milhões. Hoje mesmo está nos jornais que o movimento dos Sem-Terra invadiu o prédio do Ministério da Fazenda em São Paulo, justamente porque não eram liberados alguns milhões necessários à safra de verão.

Há uma contradição entre as dificuldades de se conseguir determinados recursos, no dia-a-dia, e os planos, na forma como são apresentados. De qualquer forma, parece-me um indicador importantíssimo perceber que dos 42 projetos de investimentos selecionados como prioritários, em termos de valor global previsto, o segundo da ordem é o da reforma agrária. Coloquei entre aspas de propósito e depois explicarei o motivo. Com esses R\$7.200.000.000,00, pretende-se assentar 150 mil famílias nos anos de 1997 e 1998, o que significa metade da meta originalmente anunciada pelo Presidente da República durante as eleições.

A meta anunciada para o final do Governo Fernando Henrique Cardoso teria sido de 300 mil famílias assentadas. Sabemos que em 1995 parte da meta de 40 mil não foi cumprida. Parece-me que o Ministério da Reforma Agrária também tem muita dificuldade para cumprir a meta de 60 mil famílias para este ano.

Destacamos ainda, nas prioridades do Governo, essa novidade que é o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que aparece em 9ª posição, nessa classificação, com um total previsto de mais de R\$3.000.000.000,00, e que pretende atingir 1.125 municípios.

Gostaria de destacar isso não só pela relação óbvia que existe entre a política de fortalecimento da agricultura familiar e a política dita de reforma agrária, mas também porque é a primeira vez, na nossa história, que existe o reconhecimento da existência da agricultura familiar, e mais do que isso, pelo menos da parte do Governo, uma intenção manifesta de fortalecer esse tipo de agricultura.

É importante que isso seja frisado, porque - nem vou recuar aos tempos da colonização, ou mesmo do império -, no século XX, nenhum Governo teve como prioridade, até hoje, o fortalecimento da agricultura familiar.

Contrariamente a todas as nações que conseguiram se desenvolver no século XX, o Brasil chama a atenção por sua opção inversa - durante todo o período ditatorial, principalmente, e que continua sendo verdade no período da democracia - de favorecimento da agricultura patronal. Portanto, isso é o início de uma inflexão que aparece, inclusive, dentro dessas prioridades.

Evidentemente, também destaquei com itálicos o projeto de irrigação, que tem R\$2.500.000.000,00 previstos, tendo em vista, principalmente, a importância disso para o Estado de Minas Gerais, onde qualquer política de assentamento, seja ela de reforma agrária ou não - depois falarei sobre isso - está umbilicalmente ligada à possibilidade de irrigar.

Essas são as prioridades governamentais que substituem o desejo dos organizadores de que se discutisse o chamado modelo de desenvolvimento, que, como disse, não me parece que possa ser caracterizado.

Se, de fato, forem levadas a sério essas prioridades, talvez daqui a algum tempo possamos falar em um modelo de desenvolvimento, cotejando essas metas com outros fatores que não estou trazendo aqui para não complicar a discussão.

O segundo ponto para o qual gostaria de chamar a atenção está na segunda transparência e se refere à evolução do que temos chamado de reforma agrária federal, porque há também outros assentamentos promovidos pelos Estados. Do período da

redemocratização até hoje, os Estados passaram a ter um papel ativo, principalmente ligado às terras públicas estaduais.

Portanto, isso modificaria esse quadro. Como o assunto aqui é a política federal de reforma agrária, gostaria de chamar a atenção para o fato de que, no período da chamada colonização da ditadura, a média anual de assentamentos por família era de 5.500 famílias por ano. No período do Governo Sarney, no Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, essa média saltou para 18 mil assentamentos anuais. Houve uma interrupção durante o episódio Collor e, durante o Governo Itamar, através de um plano emergencial, voltou-se a assentar 6.300 famílias por ano. Chamo a atenção de que a ambição do Governo Fernando Henrique é assentar, em média, 75 mil famílias por ano.

Esses dados são importantes porque, em primeiro lugar, quero deixar claro que seria muito importante para a coalizão política ora no Governo que este Governo pelo menos assentasse mais do que os governos anteriores, mesmo do ponto de vista meramente eleitoral.

Será um argumento muito forte, nas próximas eleições, poder dizer que este Governo assentou mais do que qualquer outro anterior.

Por isso, quero dizer que entendo ser completamente equivocada uma idéia muito repetida: a de que falta vontade política para fazer a reforma agrária. Se sei o que é vontade política, e se existe um objetivo eleitoral evidente de, pelo menos, assentar mais do que em qualquer governo anterior, há a vontade política para esse objetivo. Cabe perguntar, então, por que, apesar de interessar ao Governo e à coalizão política que o sustenta, assentar pelo menos 18 mil famílias por ano significa que o Governo continua patinando?

Penso que os entraves para uma política de reforma agrária, no Brasil, costumam ser subestimados pelas pessoas que discutem esse tema. Os entraves de ordem, antes de mais nada política, e também institucional, jurídica, e assim por diante, foram construídos durante séculos, e não será uma alteração de negociação de uma lei de rito sumário com a bancada ruralista que irá acabar com eles.

Vejam os senhores: se fui convidado para participar deste seminário, entre outras coisas é porque conheço, razoavelmente, as reformas agrárias que foram realizadas no mundo. Tenho um livro publicado sobre isso.

Um aspecto que caracteriza a reforma agrária - sem o qual não se pode dizer que exista uma reforma agrária - é o fato de que a pessoa consegue obter terra sem grande prejuízo para a sociedade, e que se consegue entregar um número significativo de áreas para um número significativo de famílias, fazendo uma operação que, praticamente, se autofinancia.

Com isso, estou querendo dizer que, se pegarmos como exemplo qualquer reforma agrária que obteve êxito, veremos que foi, em primeiro lugar, uma reforma agrária em que não foi necessário fazer um pagamento absurdo para os que foram desapropriados. Segundo, que houve uma cobrança de quem recebeu a terra - mesmo que não tenha sido de valor equivalente -, algo que permitisse um razoável financiamento dessa operação. Vou dar um exemplo importante, que se tornou um milagre econômico: o Japão, cuja reforma agrária foi realizada logo após a Segunda Guerra, e praticamente 30% da área agrícola daquele País foram transferidos, no espaço de um ano e meio, para milhões de famílias camponesas. Os ex-proprietários receberam indenizações irrisórias, e os agricultores que receberam as terras fizeram os pagamentos antes do prazo. Evidentemente, era um período de inflação, e não havia correção monetária. Mesmo as indenizações previstas em lei se desvalorizaram. Tornou-se fácil, para o governo, pagá-las, e também os agricultores puderam liquidar as suas dívidas antes do prazo de 20 anos, porque também as parcelas se tornaram irrisórias. Portanto, foi uma operação financeira extraordinária para a sociedade.

Poderíamos também citar o exemplo da Coreia, onde a reforma agrária foi mais radical. De qualquer forma, não se previa que as terras obtidas fossem pagas a valores que se aproximassem dos valores de mercado. Ora, o que está ocorrendo no Brasil - e menciono isso para qualificar o que chamo de entraves no processo de reforma agrária no Brasil - é o seguinte: em primeiro lugar, só é desapropriado quem quer, porque, assim que sair o decreto declarando área proibitória para fins de reforma agrária, qualquer advogado consegue obstaculizar a desapropriação na justiça. Os que não procuram advogados é porque, no fundo, estão querendo ser desapropriados e, quando o são, brigam na justiça. É uma questão de poder ter tempo para esperar. A justiça tem dado indenizações fabulosas.

Ao mesmo tempo, não foi possível - até mesmo pelo tipo de clientela que a reforma agrária tem - pensar em cobrar dos assentados algo que permita financiar essa operação. Esse projeto de "reforma agrária" - que continuo colocando entre aspas - não tem, praticamente, nenhuma fonte de entrada, nenhuma fonte de financiamento. Na realidade, somente agora se está buscando uma fonte, por via de uma reforma no ITR, mas o próprio Ministro já disse que, ainda assim, não será suficiente.

Essa operação é muito cara para a sociedade, e é muito difícil convencê-la de que é

possível fazer uma reforma agrária com essas limitações. Trata-se de um projeto caríssimo, que implica tirar dinheiro de algum lugar para pagar quantias indenizatórias fabulosas, sem falar das dificuldades para obter essas terras.

É importante mencionar que o Presidente da República não se negou a assinar nenhum projeto proposto pelo Ministério, o que contrasta com governos anteriores, onde os nossos processos ficavam parados na Casa Civil durante anos. Dessa vez, todos os projetos propostos pelo INCRA e pelo Ministério foram assinados pelo Presidente. Ele os assina, mas somente de 5% a 10% desses projetos se tornam áreas liberadas para assentamento. Estou insistindo nessas limitações de ordem legal, pois são produtos de uma política deliberada da oligarquia fundiária para impedir o acesso à terra.

Quero chamar também a atenção para o fato de que o que está acontecendo no Brasil não é uma reforma agrária. Em qualquer comparação internacional, isso não é uma reforma agrária. Mesmo que se conseguisse chegar a essa meta de 75 mil famílias anuais, isso nunca poderia ser caracterizado como um processo de reforma agrária. É um programa de assentamentos, que pode ser encarado da mesma forma que se encara um plano habitacional. O seu significado econômico-financeiro é demasiadamente complicado para que possa ganhar a sociedade, a menos que haja mudanças importantíssimas em nível político e constitucional. Em primeiro lugar, teríamos que ter um Congresso totalmente diferente. No caso do Japão, a bancada ruralista que impediu a reforma agrária durante toda a primeira metade do século, depois da Segunda Guerra Mundial, estava liquidada, porque aderiu ao fascismo. O parlamento japonês pós-guerra não tinha mais uma bancada ruralista. Essas coisas têm de ser pensadas.

Na prática, o período que mais assentou no Brasil, assentou 18 mil famílias por ano. Nesse quadro, uso o censo de 1985, pois, infelizmente, é o último dado estatístico que temos sobre a estrutura da agricultura brasileira. Quero chamar a atenção principalmente para aquilo que chamamos de agricultura familiar. Como essa noção foi assumida há pouco tempo, não sabemos o que isso significa. Nas estimativas do censo de 1985, na fase em que se saía da ditadura para a democracia, tínhamos cerca de 3 milhões de estabelecimentos agrícolas que poderiam ser considerados de agricultura familiar, excluindo 2 milhões e tanto, que não chegavam a ser unidades produtivas, embora assim fossem chamadas, e excluindo os estabelecimentos patronais, que eram 10% do total. Praticamente 50% dos estabelecimentos vistos pelo censo, 3 milhões de unidades produtivas familiares - é o que estou chamando de consolidado e de transição - constituem um enorme potencial de desenvolvimento socioeconômico a ser liberado. Isso está atrofiado.

Isso porque todos os governos anteriores fizeram opção pela agricultura patronal e não pela agricultura familiar. Vejo a reforma agrária, que é uma política de assentamentos, como um instrumento importante de fortalecimento da agricultura familiar e como um começo de política que é o PRONAF.

Agora, vejam bem a desproporção dos números. Se não houver uma política real de fortalecimento da agricultura familiar, provavelmente, quando a gente tiver os dados do censo de 1996, que está sendo feito agora, não vamos encontrar mais 3 milhões de agricultores familiares. Ao mesmo tempo, essa reforma agrária, com toda a discussão e todo o conflito, consegue, no máximo, a conta-gotas, assentar umas 20 mil famílias por ano. E o que são 20 mil famílias num universo de 3 milhões de famílias de agricultores?

Sei que muita gente pensará que essas considerações não são muito otimistas em relação ao projeto de reforma agrária ou a essa política de assentamentos, mas gostaria de terminar lembrando a frase de um importante pensador do início do século que dizia que a gente tem de ser capaz de aliar o otimismo da vontade com o pessimismo da razão.

Sempre fui extremamente dedicado à luta pela reforma agrária no Brasil, mas acho que, dificilmente, ela avançará se não formos realistas e se não discutirmos essa questão com os dados objetivos de que dispomos. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Roberto Simões

Deputado Wanderley Ávila, Vice-Presidente da Assembléia e Presidente desta Mesa, meus companheiros de Mesa, Deputados presentes, senhoras e senhores: a contribuição que pretendemos trazer a este debate não se prende a problemas ideológicos ou políticos. A direção da CNA já esteve aqui ontem e, por meio de um lúcido pronunciamento do seu Presidente, deixou bem clara a posição do setor, ou seja, que é favorável à reforma agrária, e alguns pontos são até coincidentes com algumas posições de pessoas da CONTAG.

Gostaríamos de trazer alguns dados técnicos com a intenção de contribuir para esta discussão e trazê-la um pouco para o campo racional, a fim de que realmente se faça uma reforma.

O primeiro ponto que gostaria de colocar é que, quando alguns defensores da idéia desse sistema de assentamento que está sendo feito dizem que basta distribuir terras que tudo acontecerá, que a produção duplicará, triplicará, que todos viverão felizes e que a pequena agricultura é responsável pela produção de quase tudo o que se produz

no Brasil, é preciso cuidado, é preciso desmistificar certos conceitos.

Em recente pesquisa realizada pelo SEBRAE de Minas, com a participação da Federação e do SENAR, foi estudado o setor leiteiro de Minas Gerais, que é o maior produtor de leite do País.

Pediria para mostrar a primeira transparência. Podemos ver que 59% dos pecuaristas produzem até 50 litros de leite por dia e são responsáveis por 20% do total produzido.

De outro lado, os pecuaristas cuja produção está acima de 250 litros, em número de 67, produzem 30% do total. Não estou dizendo que esse é o caminho certo e que deva ser seguido. Quero apenas que observem os dados.

Segunda transparência - Uma outra pessoa, querendo discutir a situação precária de certas cooperativas de leite, tomou o exemplo da cooperativa de Curvelo, que é filiada ao sistema da Itambé, mostrando sua sistemática.

Vejam bem, 622 fornecedores, que correspondem a 64% do número total de fornecedores, produzem 15% do leite entregue a essa cooperativa. Se somarmos a primeira e a segunda, teremos 78% entregues nessa cooperativa, produção equivalente a 28% do total. Os demais pecuaristas cuja produção perfaz 500 litros são apenas 3%, que entregam 28% da produção.

Bom, no Brasil não temos um modelo de desenvolvimento bem definido, como já foi dito. Se se observam as tendências mundiais de globalização da economia, de competitividade e de produtividade cada vez maiores, vemos que, no mundo inteiro, na Europa e nos Estados Unidos, houve a redução drástica do número de produtores e o aumento das fazendas, tudo isso buscando competitividade. Aqui, abre-se escancaradamente a agricultura à concorrência de agriculturas altamente subsidiadas, no tocante a produtos. No tocante a insumos, não acontece a mesma coisa. E temos que competir com outras agriculturas do outro lado do mundo, que recebem subsídios de toda natureza. É uma posição ingrata, que exige competitividade, concorrência, tamanho da produção e escala também.

Examinando outros dados, exatamente para ver o que se está falando no Brasil, a CNA encomendou uma pesquisa de um instituto de reconhecida capacidade técnica, de Belo Horizonte, o Vox Populi, e fez um levantamento dos orçamentos que estão no Brasil.

O INCRA informou que havia 1.018 projetos e desses foram tomados apenas os que já estão nas fases 3 e 4, na fase de coleta e elucidação.

Ao pesquisar esses estabelecimentos, encontramos os seguintes dados: do lado esquerdo, em cima, no tocante à infra-estrutura, vejam as respostas dos entrevistados. Com relação às estradas, 58% são consideradas de razoáveis a ruins e 53% não possuem núcleos urbanos; apenas 7% têm correio; 12% têm telefone; 54% dos projetos não têm nenhum tipo de assistência médica.

Quanto às moradias, 47% delas não possuem banheiro; somente 12% têm água encanada; 66% não possuem qualquer tipo de esgoto, seja fossa ou outro tipo mais elementar; 60% não possuem energia elétrica. A área média desses lotes é de 27,5ha.

Quanto aos chefes dos domicílios pesquisados (chefes de família composta de, em média, 5 pessoas), 67% deles têm mais de 40 anos; 38% são analfabetos; 74% vão de analfabetos até o 1º grau completo; e 17% já foram proprietários de terras em outras regiões. Quanto aos filhos desses proprietários, 46% deles estão entre analfabetos e até o 1º grau incompleto, 45% não estão estudando; e 48% não estão trabalhando.

Nessa segunda transparência, relativa aos produtos mais encontrados nesses assentamentos, os senhores podem ver que 69% dos projetos exploram milho, com uma área média de 2,7ha; 53%, mandioca, com 1,5ha, em números redondos; 56%, feijão, com 1,6ha; arroz, 36%, com 2ha; frutas, 30%, também com 2ha; seguem-se outros produtos de menor importância, porque apenas 3, 4 ou 5% os cultivam, com áreas que vão de 1 a 2ha.

No tocante à pecuária, podemos ver, nessa outra transparência, que 62% trabalham com gado de leite, com uma média de 5,7 ou 6, em números redondos, animais por lote; 52% possuem porcos, com média de 4,5 animais por lote. Esses são dados que nos mostram uma característica também revelada na próxima transparência: na declaração dos próprios produtores, 42% deles informaram que produzem tão-somente para seu consumo; 3% informaram que não têm nenhum tipo de produção.

Vejam bem alguns dados relativos à tecnologia usada nessa produção de 1,5 a 2ha: apenas 7% têm irrigação; 81% não possuem nenhum tipo de armazém e nenhuma condição de armazenamento de seus produtos; 50% não usam nenhum tipo de máquina, veículo ou equipamento; 53% não têm nenhum tipo de assistência técnica; 14% indicaram que fazem uso do crédito para a produção; 36% não usam sementes melhoradas; 55% não usam adubos; 64% não usam defensivos; 41% não usam sal mineral; 64% não fazem uso de qualquer tipo de ração.

Essa última transparência revela o que veio resultar nessa área de produção, com essa tecnologia: 43% complementam sua renda com mão-de-obra, vendendo trabalho fora do lote (portanto, há uma complementação de renda); outros membros da família, na proporção de 27%, também trabalham fora, para complementar essa renda, que, somada,

no total equivaleu a uma renda de R\$132,00, em números redondos, por unidade familiar de cinco pessoas (o que significa pouco mais de R\$26,00 por pessoa).

Baseado nesse quadro e nesses dados, o que apresentamos à discussão e à consideração daqueles que querem debater a questão com vontade de que ela progrida, com vontade de resolvê-la é: será que é isto que estamos esperando da nossa política de reforma agrária? Será que é isto que a sociedade quer? Colocar mais um batalhão de pessoas em condições indignas de vida? E com isso, será que a sociedade está disposta a gastar, um dado que se diz, que não sei se é absolutamente correto, mas falam aí em US\$50.000,00 por família assentada?

O Governo, como foi demonstrado no plano de metas, está prevendo gastar R\$7.500.000.000,00 para assentar 340 mil famílias. São essas as informações que queremos trazer, e deixamos essa questão final ao debate, à consideração de todos: é isso que a sociedade brasileira pretende chamar de reforma agrária? É por isso que ela pretende pagar? Muito obrigado.

Palavras do Sr. Sérgio Leite

Exmo. Sr. Deputado Wanderley Ávila, Presidente da Mesa; Exmo. Sr. Secretário de Estado José Carlos Carvalho; demais componentes da Mesa, senhoras e senhores; primeiramente gostaria de agradecer o convite para participar desse seminário e louvar a iniciativa da Assembléia Legislativa e também do Governo do Estado na condução de uma discussão com a sociedade civil e suas organizações, com a universidade, com os parlamentares na busca de consensos, de aparar arestas, no sentido de pensar nas possibilidades e na potencialidade do desenvolvimento de políticas regionais de reforma agrária.

Lembro que experiências interessantes foram desenvolvidas este ano por outros Estados da Federação como São Paulo, Paraná, Ceará, Espírito Santo, tendo-se um arsenal, um acúmulo de resultados que poderiam ser retomados na discussão do caso mineiro.

Gostaria de lembrar que o período recente foi um período crescente de mobilização pública em torno do tema agrário. Isso pode, inclusive, ser constatado por pesquisas de opinião pública que indicam, como, por exemplo, uma pesquisa desenvolvida pela Associação Brasileira de Reforma Agrária no interior do Estado de São Paulo, em uma região extremamente urbanizada, que 90% dos entrevistados eram favoráveis à implantação de uma política destinada à reforma agrária e outros 51% eram favoráveis à ocupação de imóveis ociosos, improdutivos.

Lembro ainda uma pesquisa desenvolvida pelo IBOPE no Município de São Paulo constatando resultados extremamente significativos em torno do tema agrário.

Na realidade, discutir a oportunidade da reforma agrária e a sua relação com o modelo de desenvolvimento, hoje, implica duas considerações preliminares: a primeira, como já foi lembrado pelo Prof. José Ely da Veiga, de que não há de fato a configuração atual de um modelo de desenvolvimento. Observamos, inclusive, durante este governo, Governo Fernando Henrique, a tentativa, um pouco a reboque, de contornar problemas específicos de conjuntura setorial, como está sendo o caso da problemática agrária, e como foi o caso da crise de financiamento da agricultura, etc, etc. Então, essa é a primeira constatação, muito bem lembrada pelo Prof. José Ely da Veiga.

A segunda constatação é que para discutir o tema reforma agrária é hoje necessário - até porque questões pendentes do processo anterior ou da forma de articulações de agricultura e o modelo passado de desenvolvimento permanecem presentes - que façamos aqui uma passagem pelo passado para sabermos o que foi a agricultura e quais questões permanecem cruciais para que seja feita a reforma agrária hoje.